RAFAEL RIBEIRO RODRIGUES

INTERPRETAÇÃO DO PEDIDO

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Associado Paulo Henrique dos Santos Lucon

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

RAFAEL RIBEIRO RODRIGUES

INTERPRETAÇÃO DO PEDIDO

Dissertação de Mestrado, apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual Civil, sob a orientação do Professor Associado Paulo Henrique dos Santos Lucon.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

FACULDADE DE DIREITO

São Paulo-SP

2019

Serviço de Processos Técnicos da Biblioteca da
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

Rodrigues, Rafael Ribeiro
Interpretação do pedido / Rafael Ribeiro Rodrigues.
São Paulo: R. R. Rodrigues, 2019.
367 f. ; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em Processo Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo,
São Paulo, 2019.

Orientador: Prof. Paulo Henrique dos Santos Lucon.

Notas de rodapé.

Inclui bibliografia

Interpretação. Pedido. Princípio da congruência. Conjunto da postulação. Vontade do
demandante. Contraditório do demandado.

Nome: RODRIGUES, Rafael Ribeiro

Título: Interpretação do pedido

Dissertação de Mestrado, apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direito Processual Civil, sob a orientação do Professor Associado Paulo Henrique dos Santos Lucon.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Prof.(a) Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.(a) Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof.(a) Dr(a).: _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Dedico este trabalho à minha amada esposa, à minha dedicada mãe, à memória do meu querido pai e, por certo, aos meus estimados irmãos.

*“O juiz não pode fazer um processo se não é
provocado para isso.”*

*(Francesco Carnelutti. Como se faz um
processo)*

RESUMO

RODRIGUES, Rafael Ribeiro. *Interpretação do pedido*. 2019. 367 p. Dissertação (Mestrado em Processo Civil) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

O pedido formulado pelo demandante no processo civil possui direta influência na delimitação do objeto litigioso do processo, reverberando na atuação do magistrado e na decisão a ser proferida. Não por outro motivo a lei determina que o demandante exponha e delimite adequadamente o seu pedido logo no início do processo. Entretanto, na prática nem sempre é esta a postura adotada pelo demandante e a ausência desta diligência ocasionou a eclosão da interpretação do pedido como meio de superar a ausência de clareza do pedido, visando a obtenção da integral resolução do mérito no processo civil. Como reflexo desta solução pretoriana encontrada para delimitar o pedido, outros problemas acabaram por surgir. Em um primeiro momento este trabalho enfrentará toda esta problemática para, em um segundo momento, apresentar soluções práticas, tendo por base o estudo conjunto da lei, da doutrina e da jurisprudência.

Palavras-chave: Interpretação. Pedido. Princípio da congruência. Conjunto da postulação. Vontade do demandante. Contraditório do demandado.

ABSTRACT

RODRIGUES, Rafael Ribeiro. *Interpretation of the claim*. 2019. 367 p. Dissertation (Master's degree in Civil Procedure) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

The claim formulated by the plaintiff in the civil proceeding has a direct influence on the delimitation of the litigious object of the proceedings, reverberating in the magistrate's action and in the decision to be rendered. For this reason the law requires the plaintiff to set out and properly delimit his claim at the outset of the proceedings. However, in practice this is not always the position adopted by the plaintiff and the absence of this diligence has led to the outbreak of the request interpretation as a manner to overcome the lack of clarity on the request and obtaining a full resolution of the merits of the case. As a reflection of this praetorian solution found to delimit the request, other problems eventually emerged. In a first moment this work will face this problematic for, in a second moment, present practical solutions, based on the joint study of the law, the doctrine and the jurisprudence.

Palavras-chave: Interpretation. Claim. Principle of congruence. Set of the postulation. Claimant's volition. Adversarial system by defendant.

AGRADECIMENTOS

Para a elaboração deste trabalho contei com o apoio de três grupos: família, Arcadas e profissional.

Da família, agradeço à minha esposa Vivian Westphalen e à minha mãe Rita Aparecida. Agradeço ao meu pai, Jose Rodrigues, que mesmo não estando mais do meu lado, ainda guia meus passos. Como não poderia deixar de ser, agradeço aos meus irmãos Marcela, Anselmo e Wagner. Deixo também um especial agradecimento aos meus pequenos sobrinhos Philipe e Sophia, novos na família, mas já essenciais, como se sempre tivessem pertencido a ela. Agradeço por compreenderem minha ausência.

Das Arcadas, primeiramente agradeço ao meu Professor e Orientador, Paulo Henrique dos Santos Lucon, o qual gentilmente me acolheu como seu orientando e sempre demonstrou respeito e hombridade. Espero, sinceramente, ter correspondido às suas expectativas. Muito obrigado!

Agradeço aos Professores José Rogério Cruz e Tucci e Antonio Carlos Marcato, pelas aulas ministradas no decorrer do curso e pelas relevantes considerações feitas na banca de qualificação. Agradeço ao João Paulo Hecker da Silva que, em razão de seus apontamentos feitos durante a assistência nas aulas do Pós-Graduação, acabou por me municiar de conteúdo para a elaboração deste trabalho. Agradeço ao time de monitores das aulas da Graduação: Rodolfo da Costa Manso Real Amadeo, João Pereira Monteiro Neto, Felipe Bragantini de Lima, Pedro Jesus, Marco Aurélio Rangel, Raul Longo Zocal, Luccas Lima, Mateus Bessa e Giovani Ravagnani. Agradeço aos alunos da Graduação, com os quais tive a oportunidade de aprender durante as aulas em que fui monitor. Por fim, agradeço aos amigos que fiz durante o curso de Mestrado.

E em âmbito profissional, inicialmente agradeço aos sócios Gianfrancesco Genoso e à Prof. Thereza Arruda Alvim, na pessoa dos quais agradeço aos demais sócios do escritório. O primeiro, agradeço pela confiança em mim depositada, por me convidar para ingressar no time de advogados do qual faço parte, e a segunda agradeço pelo carinho, respeito, incentivo e exemplo a ser seguido.

Como não poderia deixar de ser, destino um especial agradecimento àqueles que sempre apoiaram e incentivaram meus estudos e estiveram presente neste momento: Rosane Pereira dos Santos, Wadson Veloso Silva, Rennan Thamay, Daniel Granado, Milena Gomes Teixeira, Eduardo Aranha, Igor Martins da Cunha e Vinícius Bellato.

SUMÁRIO

Sumário.....	11
§ 1º Introdução	13
§ 2º Teoria geral da interpretação	16
1. Primeiras considerações	16
2. Lógico.....	17
3. Sistemática	19
4. Histórica.....	20
5. Literal ou Gramatical.....	21
6. Teleológica	23
7. O juiz como interprete e sua atividade	24
8. Interpretar o Direito.....	25
9. Interpretar os fatos.....	27
10. Interpretar a vontade das partes	29
11. A escola do realismo jurídico norte-americano	31
§ 3º O pedido e sua relação com as partes no processo civil	34
12. Pedido deduzido pelo autor	34
13. Princípios inerentes ao pedido.....	45
14. Pedido imediato e mediato.....	52
15. Pedido certo (art. 322, CPC/2015)	56
16. Pedido determinado (art. 324, CPC/2015)	60
17. Pedido genérico (art. 324, §1º, CPC/2015)	63
18. Pedido alternativo (art. 325, CPC/2015)	69
19. Cumulação de pedidos	74
20. Cumulação subsidiária de pedidos (art. 326, CPC/2015)	76
21. Cumulação alternativa de pedidos (art. 326, parágrafo único, CPC/2015)	81
22. Cumulação simples de pedidos (art. 327, CPC/2015)	88
23. Cumulação sucessiva de pedidos	96
24. Pedido não formulado.....	99
25. Pedidos deduzidos pelo réu.....	100
26. Reconvenção.....	103
27. Pedido contraposto.....	112
28. Relação entre pedido e o contraditório do demandado	119
29. Pedido, condições e elementos da ação	128
30. Aditamento ou alteração do pedido.....	136
§4º Princípio da congruência no processo civil.....	149
31. Princípios correlatos	149
32. Pretensão, ação, demanda e tutela jurisdicional.....	153
33. Objeto do processo e objeto litigioso do processo	161
34. Correlação entre o pedido e o dispositivo da sentença	165
35. Mérito no processo civil.....	175
36. Patologias da congruência. Decisões <i>ultra</i> , <i>extra</i> e <i>citra</i> ou <i>infra petita</i>	181
§5º Exceções ao princípio da congruência e interpretação do pedido no processo civil.....	196
37. Pedidos implícitos	196
38. Prestações sucessivas.....	202

39.	Direito ou fato superveniente.....	204
40.	Juizados Especiais Cíveis.....	207
41.	Tutela cautelar	208
42.	Medidas que assegurem o resultado prático equivalente da demanda	211
43.	Dano moral?	215
44.	Ação monitória e embargos à monitória	218
45.	Ações possessórias.....	221
46.	Ações dúplices	223
47.	Pedido unitário em demanda decorrente de obrigação alternativa	229
48.	Ações de controle concentrado de constitucionalidade.....	231
49.	Ações coletivas.....	232
50.	Questões de ordem pública	238
51.	Contraditório legitimador de pedido não formulado? Pedido interpretado?..	240
§6º Interpretação do pedido e o Superior Tribunal de Justiça		243
52.	Considerações iniciais e delimitação da proposta.....	243
53.	Análise empírica dos julgados que admitem a interpretação do pedido.....	245
54.	Posições pretorianas favoráveis a interpretação restritiva do pedido.....	262
§7º Interpretação do pedido e o Código de Processo Civil.....		269
55.	O pedido extraído a partir do processo interpretativo	269
56.	Conjunto da postulação	285
57.	Princípio da boa-fé.....	297
58.	Vontade do demandante e interpretação do pedido	300
59.	Momento da interpretação	308
60.	Antes da sentença.....	309
61.	Na sentença.....	316
62.	Após a sentença	319
63.	No Superior Tribunal de Justiça e no Supremo Tribunal Federal	322
§8º Conclusão		325
Referências		330
ANEXO A – Decisões favoráveis à interpretação lógico-sistemática do pedido e suas variantes		341
ANEXO B – Outras decisões favoráveis à interpretação do pedido.....		362
ANEXO C – Decisões favoráveis à interpretação restritiva do pedido		365

§ 1º INTRODUÇÃO

Para a ciência jurídica o processo “é uma série de atos interligados e coordenados ao objetivo de produzir tutela jurisdicional mediante o *juízo* da pretensão exposta ao juiz”¹. Não se discute a exatidão deste conceito, mas esta é a definição mais adequada feita pelos e para os atores do Direito, os quais o estudam e o operam.

Já para as partes envolvidas na relação jurídica processual, o processo vai além da explicação técnica. Para estes indivíduos o processo é o local no qual será traçada uma parcela do seu destino. Enquanto o demandante cria a expectativa de obter pela via litigiosa aquilo que não alcançou pela via consensual, o demandado, em regra, almeja apenas a manutenção do *status quo*.

Se o processo é definido doutrinariamente como uma série de atos, o primeiro e mais importante ato processual é o postulatório, pelo qual o demandante retira o Poder Judiciário da inércia, apresenta ao magistrado os fatos e os fundamentos jurídicos que dão suporte ao resultado que se esperar obter, bem como indica quem deverá suportar os efeitos do referido resultado, tudo isso sintetizado no pedido.

Não se ignora o fato de que a linguagem está sujeita a interpretações, notadamente em nosso sistema processual, que é predominantemente escrito.

O pedido, formulado no bojo da petição inicial, nem sempre será dotado de clareza suficiente para que os interlocutores do processo possam compreendê-lo de maneira uniforme. Daí surge a primeira problemática deste trabalho, entender se o pedido pode ou não ser interpretado.

Entretanto, conforme já mencionado, o pedido formulado é a síntese do resultado esperado do processo. E o pedido em si é polivalente, pois é dele o papel de indicar qual é a tutela jurisdicional que o demandante requer ao magistrado, por meio da qual se pretende obter um bem da vida, assim como se presta para especificar, definir, quantificar e qualificar referido bem da vida desejado pelo demandante.

Deste modo, caso seja admitida a possibilidade de se interpretar o pedido, surgirá uma segunda problemática destinada a compreender se o pedido pode ser interpretado total ou parcialmente, ou seja, se todas as suas funções podem ser objeto de interpretação. A interpretação do pedido pode definir a tutela jurisdicional, o bem da vida,

---

¹ DINAMARCO, Cândido Rangel. *Instituições de Direito Processual Civil - Volume III*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2017, p. 29.

a especificação e definição do bem da vida, ou a qualificação e quantificação do bem da vida? É por meio da interpretação que os interlocutores do processo conseguirão delimitar todas estas funções do pedido?

Como terceira problemática destacamos o “como” interpretar. O art. 293 do CPC/1973 definia que “os pedidos são interpretados restritivamente”. Em que pese a clara redação do mencionado dispositivo, na égide do diploma processual anterior se constatava a existência de decisões judiciais admitindo a “interpretação lógico-sistemática do pedido”. Por sua vez, o art. 322, §2º, do CPC/2015 determina que “a interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé”. Necessário, portanto, definir o escopo de cada um destes modelos de interpretação do pedido.

Ademais, enquanto o *caput* do art. 322 do CPC/2015 determina que o pedido deve ser certo, seu §2º possibilita a interpretação do pedido, devendo ser considerado o “conjunto da postulação” e observado o “princípio da boa-fé”. Ambos os requisitos da regra legal de interpretação do pedido merecem ser analisados de maneira detida.

A quarta problemática a ser enfrentada por este trabalho é saber o “quando” interpretar o pedido. Se o processo é uma série de atos processuais concatenados para se atingir um fim, se mostra importante saber qual é o momento adequado para se interpretar o pedido.

Além das problemáticas anteriores, existe ainda outro ponto a ser enfrentado. A norma processual determina que a sentença de mérito deverá se ater aos limites o pedido formulado pelo demandante, em respeito ao princípio da congruência. Não pode o magistrado decidir mais, menos ou diferente daquilo que foi pedido. Portanto, resta saber o alcance da interpretação do pedido. Se é a partir do pedido que o magistrado irá delimitar sua atuação é necessário definir como interpretá-lo sem dilatar ou alterar o objeto litigioso do processo. Nesta linha, importante atribuir ao pedido o verdadeiro valor que este elemento da ação possui dentro, fora e no curso da demanda, bem como todas as implicações que a sua delinação, deficiência ou não formulação podem gerar para os demandantes.

E, dentro deste contexto, necessário definir o papel da vontade do demandante na interpretação do pedido. No CC/2002 o art. 112 determina que “Nas declarações de vontade se atenderá mais à intenção nelas consubstanciada do que ao sentido literal da linguagem”. Portanto, é de fundamental importância analisar se referida regra de direito material se aplica para o direito processual.

Por fim, se o pedido é formulado pelo demandante e será julgado pelo magistrado, a sétima problemática consiste em saber qual é o papel do demandado dentro deste contexto. A indagação a ser respondida é se o contraditório exercido pelo demandado pode ou não influenciar na interpretação do pedido e, se positivo, em que medida.

Daí o motivo pelo qual o objeto do presente estudo se mostra rico e merecedor de reflexão, dada a amplitude da problemática.

Entretanto, antes de iniciarmos o trabalho necessário registrar que este não tratará especificamente da ação de execução, pois o pedido de satisfação e a interpretação de título executivo demandaria abordagem e pesquisa diversas das adotadas neste estudo, bem como não será analisada a defesa do executado, haja vista que “os Embargos à Execução são impropriamente uma ação, pois não apresentam efetivamente um pedido, mas sim representam instrumento para o devedor resistir à pretensão executiva”².

Necessário também registrar que este trabalho tratará da interpretação do pedido apenas no processo de conhecimento na seara civil, exclusivamente sobre o enfoque da ação individual.

O escopo deste estudo é analisar as problemáticas elencadas acima de maneira crítica, a partir da perspectiva e dos atos processuais do demandante, do demandado e do magistrado, bem como apresentar soluções práticas e concretas para a interpretação do pedido, no intuito de atribuir previsibilidade e racionalidade a este ato processual, atualmente regido pelo art. 322, §2º, do CPC/2015. Nada contra eventuais posicionamentos filosóficos e abstratos que possam vir a ser apresentados em outros estudos sobre o presente tema, mas entendemos não ser este o caminho para se concretizar a segurança jurídica esperada pelo jurisdicionado, enquanto destinatário final do processo³.

---

² STJ - EDcl no AgRg no AREsp nº 150035/DF – Min. Relator: Herman Benjamin – Publicação: 02/02/2017.

³ “Filosofar por filosofar interessa à filosofia. Para o direito, porém, o conhecimento das teorias filosóficas somente é útil ou relevante na medida em que o jurista consiga utilizá-lo para produzir resultados no plano de sua ciência, que é, sabidamente, ávida de resultados práticos para a disciplina normativa da convivência social. Sem tais resultados, na esfera própria dos fenômenos jurídicos, o trabalho filosófico não atende os objetivos do direito, por mais bonito e convincente que seja no plano das abstrações sintetizantes da filosofia.” (THEODORO JÚNIOR, Humberto. Interpretação e aplicação das normas jurídicas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 150, ago/2007, p. 20)

§8º CONCLUSÃO

E em síntese conclusiva, seguem abaixo os pontos que norteiam as constatações obtidas no curso deste trabalho, em razão da análise da lei, da doutrina e da jurisprudência⁹⁶²:

1. O CPC/2015 tem como um de seus pilares uniformizar a jurisprudência (art. 926) e, conseqüentemente, tornar o resultado do processo mais previsível. Antes de decidir caberá ao magistrado observar se os Tribunais possuem posicionamento sobre a questão a ser decidida (art. 927).

2. Entretanto, para que o resultado do processo seja previsível não basta que o magistrado apenas observe as decisões proferidas pelos Tribunais em casos análogos. As regras processuais também devem ser obedecidas e a vontade expressada pelo demandante em seu pedido deve servir para delimitar o objeto litigioso do processo.

3. A demanda é inaugurada pelo demandante, ao qual incumbe formular pedido certo e determinado (ou genérico, nos casos previstos na lei).

4. Até o CPC/1973 vigorava a regra da interpretação restritiva do pedido. No entanto, após pesquisas realizadas junto ao banco de dados de jurisprudência do *site* do Superior Tribunal de Justiça, constatou-se a predileção do referido órgão jurisdicional para a interpretação lógico-sistemática do pedido e outras formas variadas deste posicionamento, todas destinadas a afastar a interpretação restritiva do pedido.

5. O do art. 322, §2º, do CPC/2015, revogou tacitamente a interpretação restritiva do pedido e trouxe para o sistema normativo a previsão de que “A interpretação do pedido considerará o conjunto da postulação e observará o princípio da boa-fé”.

6. A interpretação do pedido está topologicamente dentro da regra do pedido certo (art. 322, *caput* e §2º, do CPC/2015) e fora da previsão sobre o pedido determinado ou genérico (art. 324, *caput* e §1º, do CPC/2015).

7. O pedido *deve* ser certo, mas em caso de deficiência na certeza do pedido expressamente formulado o magistrado *pode* interpretá-lo.

---

⁹⁶² “A honestidade intelectual sugere ao estudioso que seja modesto em suas pretensões e não se atreva a oferecer como verdades dogmáticas o que não passa, nem pode passar, do plano das meras conjecturas. Dito isso, fica ele autorizado a formular algumas hipóteses, naturalmente sujeitas à confirmação ou ao desmentido da ciência e da experiência.” (BARBOSA MOREIRA, José Carlos. O processo, as partes e a sociedade. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 125, jul/2005, p. 285)

8. O pedido genérico não deve ser interpretado. A interpretação não se presta para conferir liquidez. A ausência de liquidez do pedido requer a liquidação em momento posterior ao do ajuizamento da demanda, antes ou após a sentença.

9. O pedido mediato pode ser interpretado, com a finalidade de delimitar o bem da vida objetivado pelo demandante. O pedido imediato pode ser adequado, não se tratando necessariamente de interpretação do pedido. Se o pedido imediato for formulado de maneira incorreta, configurará falta de técnica processual e o juiz não está adstrito ao pedido imediato incorreto, desde que tenha como base o pedido mediato a ser alcançado.

10. Caso o magistrado entenda pela necessidade de interpretar o pedido para melhor delimitar a certeza e o bem da vida pleiteado, deverá considerar o conjunto da postulação e a boa-fé do demandante.

11. A interpretação do pedido não permite extrair da petição inicial – ou das manifestações do demandante no curso do processo – outros pedidos além dos formulados.

12. O magistrado não pode extrair da narrativa dos fatos todos os pedidos que o demandante poderia ter formulado. A simples narrativa de um fato pelo demandante não configura pedido, se destes fatos não sobrevier a formulação de uma demanda.

13. Pedido e causa de pedir não se confundem, mas se complementam. A interpretação do pedido pode ser extraída da causa de pedir, mas da causa de pedir o magistrado não pode extrair pedidos.

14. As demandas devem ser formuladas, aditadas ou alteradas no momento processual adequado, de acordo com as regras de postulação e de emenda do ato postulatório, todas previstas no CPC/2015.

15. O conjunto da postulação não está limitado aos fatos narrados pelo demandante em sua petição inicial ou em posterior emenda. A narrativa fática apresentada pelo demandante será o primeiro elemento analisado, caso seja necessário interpretar o pedido, mas nunca o único. Além da narrativa fática o magistrado também deverá se ater aos demais requisitos do art. 319 do CPC/2015, dentre os quais destacamos o valor da causa e as provas.

16. O valor da causa deve estar de acordo com o pedido cuja interpretação se busca alcançar. Se o valor da causa não compreender referido pedido, este deve ser tido por não formulado. Não se pode confundir pedido formulado com pedido que poderia ter sido formulado. A narrativa fática é subjetiva e o valor da causa, enquanto critério objetivo, confere segurança quando da aferição sobre a existência ou não de determinado pedido.

17. Em alguns Tribunais o valor da causa é a base de cálculo para o recolhimento das custas judiciais iniciais. Nestas hipóteses, as custas judiciais iniciais também irão compor o conjunto da postulação, para fim de se aferir a existência do pedido e delimitar a certeza do bem da vida pleiteado. Ambos (valor da causa e custas judiciais) são critérios objetivos e devem ser considerados em uma primeira análise, logo após a leitura da narrativa fática.

18. As provas produzidas e/ou requeridas pelo demandante também podem ser consideradas para se aferir a existência de pedido e, se positivo, a delimitação do bem da vida.

19. O diploma processual não prevê a necessidade de capítulo próprio na exordial denominado “dos pedidos”. Os pedidos podem ser extraídos do corpo da petição inicial como um todo. Entretanto, o princípio da cooperação e da boa-fé processual exigem que o pedido seja formulado da maneira mais clara e expressa possível (certa e determinada), a fim de possibilitar ao magistrado e ao demandado aferirem de plano a existência e extensão da demanda.

20. Em que pese a lei não determinar que o(s) pedido(s) formulado(s) conste(m) em capítulo próprio da petição inicial, a técnica do patrono do demandante (boa ou má) deve ser considerada pelo magistrado, inclusive para fins de arbitramento dos honorários de sucumbência. Boas práticas devem ser premiadas e más práticas devem ser desprestigiadas.

21. *A interpretação do pedido não é regra de julgamento.* É dever do demandante postular em juízo apresentando pedido certo. Caso o pedido tenha sido formulado de maneira deficiente, quando do recebimento da petição inicial o magistrado deverá determinar a sua emenda, garantido ao demandante o direito de aditar ou alterar livremente sua exordial. Mesmo após a citação o demandante deverá ser diligente e delimitar a certeza do seu pedido, caso necessário e de acordo com as regras do momento processual em que sua manifestação for apresentada. No momento em que o magistrado for proferir a sentença ele não terá plena liberdade para interpretar o pedido, pois deverá se ater apenas ao conjunto da postulação (regra objetiva) e à boa-fé (regra subjetiva), de maneira cumulada e motivada.

22. *A vontade do demandante não é um dos requisitos legais para a interpretação do pedido.* Não basta que o demandante tenha a intenção de formular um pedido. O pedido só poderá ser julgado se tiver sido formulado e da maneira como foi formulado. Também não basta a possibilidade de se formular determinado pedido em

determinado tipo de processo. Ressalte-se novamente que apenas o pedido formulado pode ser apreciado e julgado no mérito. Ressalvadas as exceções legais, o magistrado deve decidir de acordo e na medida da provocação do demandante. O pedido não pode ser extraído da vontade, ele precisa ser expresso. O querer do demandante deve ser transportado para o dentro do processo, em forma de pedido. Em caso de dúvida o conjunto da postulação e a boa-fé serão os guias do magistrado, para fins de se aferir a existência e a extensão do pedido. Entender de maneira diversa significa violar a regra da congruência e os princípios que lhe são inerentes.

23. Em grau recursal o Tribunal pode corrigir vício na congruência com (efeito devolutivo) ou sem (efeito translativo) provocação no recurso interposto, bem como poderá – mediante provocação do recorrente – interpretar o pedido para zelar pela consideração ao conjunto da postulação e pela observância ao princípio da boa-fé.

24. O Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal podem interpretar o pedido, desde que demonstrada, respectivamente, a contrariedade ou a negativa de vigência de norma infraconstitucional (recurso especial), ou a contrariedade de dispositivo constitucional (recurso extraordinário), bem como se for respeitado o prequestionamento para ambos os casos. A análise das provas e de circunstâncias fáticas restará prejudicada.

25. Incumbe ao demandante delimitar o objeto litigioso do processo e ao magistrado fiscalizar a adequada formulação do pedido. Já ao demandado incumbe apresentar toda a matéria de defesa (ônus da impugnação específica), ainda que contraditória (princípio da eventualidade). A defesa não se presta para delimitar e nem para esclarecer o objeto litigioso do processo.

26. Todas as considerações feitas neste trabalho têm por escopo analisar o pedido e a sua interpretação em ações individuais, notadamente no processo de conhecimento. As ações coletivas possuem outra estrutura e objeto, sendo necessária a adoção de outros critérios para a interpretação do pedido.

27. Com o advento da interpretação do pedido prevista no §2º, art. 322, do CPC/2015, não existe mais justificativa para que o Poder Judiciário permaneça utilizando a interpretação lógico-sistemática do pedido (e suas variantes) em ações individuais. A segurança jurídica⁹⁶³ deve ser preservada e, para isso, o magistrado deve se ater ao objeto litigioso do processo, limitando-se a decidir de acordo com a provocação do demandante.

---

⁹⁶³ “Sem a lei, a Justiça seria apenas uma ideia ou um ideal. A segurança jurídica é a certeza que se tem de atos, coisas e situações na incerteza da vida. O acatamento à lei dá a segurança de que precisa o cidadão.

28. Este trabalho não se limitou a expor uma problemática. Antes disso, a real intenção deste estudo é apresentar propostas práticas para solucionar e tornar mais objetiva a interpretação do pedido no processo civil, quando do julgamento de ações individuais.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos de Araújo. O pedido no sistema da common law e o princípio da adstrição. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 118, nov-dez/2004, p. 89-108.

ÁVILA, Humberto. *Teoria dos princípios - da definição à aplicação dos princípios jurídicos*. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

ALVIM, Arruda. *Manual de direito processual civil*. 17. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

ALVIM, Eduardo Arruda. *Direito processual civil*. 5. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

ALVIM, Thereza. *Questões prévias e os limites objetivos da coisa julgada*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1977.

AMENDOEIRA JÚNIOR, Sidnei. *Manual de direito processual civil, Volume 1: teoria geral do processo e fase de conhecimento em primeiro grau de jurisdição*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

_____. *Poderes do juiz e tutela jurisdicional: a utilização racional dos poderes do juiz como forma de obtenção da tutela jurisdicional efetiva, justa e tempestiva*. São Paulo: Atlas, 2006.

ARENHART, Sérgio Cruz. Reflexões sobre o Princípio da Demanda. In: FUX, Luiz; NERY JÚNIOR, Nelson; WAMBIER, Tereza Arruda Alvim (Coord.). *Processo e Constituição: estudos em homenagem ao Professor José Carlos Barbosa Moreira*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2006. p. 587-603.

ARRUDA ALVIM, Teresa. *Embargos de declaração. Como se motiva uma decisão judícia?* 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

_____. *Nulidades do processo e da sentença*. 8. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2017.

ASSIS, Araken de. *Cumulação de ações*. 4. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002.

_____. Questão de princípio. *Revista do Advogado*. São Paulo, v. 40, jul/1993, p. 30-34.

_____. *Processo Civil brasileiro, Volume I: parte geral, fundamentos e distribuição de conflitos*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

BADARÓ, Gustavo Henrique Righi Ivahy. *Correlação entre a acusação e a sentença*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

BARBOSA MOREIRA, José Carlos. Ação de revisão de aluguel – pedido e sentença (parecer). *Revista Forense*, v. 328. out-nov-dez/1994, p. 128-133.

_____. Correlação entre o pedido e a sentença. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 83. jul-set/1996, p. 207-215.

_____. Duelo e processo. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 112, out-dez/2003, p. 177-185.

_____. O processo, as partes e a sociedade. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 125, jul/2005, p. 279-288.

BARIONI, Rodrigo Otávio. A emenda da petição inicial após a citação do réu. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 121, mar/2005, p. 51-68.

BEDAQUE, José Roberto dos Santos. *Direito e Processo. A influência do direito material sobre o processo*. 6. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

_____. *Efetividade do processo e técnica processual*. 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

_____. Os elementos objetivos da demanda à luz do contraditório, *In: CRUZ E TUCCI, José Rogério, BEDAQUE, José Roberto dos Santos (Coord.). Causa de pedir e pedido no processo civil (questões polêmicas)*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002, p. 13-52.

_____. *Poderes instrutórios do juiz*. 6. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2011.

BETIOLI, Antônio Bento. *Introdução ao Direito*. 14. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BONICIO, Marcelo José Magalhães. Ensaio sobre o dever de colaboração previsto no projeto do novo Código de Processo Civil brasileiro. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 190, dez/2010, p. 210-230.

_____. *Princípios do processo no novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2016.

BUZAID, Alfredo. Da lide: estudos sobre o objeto litigioso. *Estudos e pareceres de direito processual civil*. Notas de adaptação ao direito vigente de Ada Pellegrini Grinover e Flávio Luiz Yarshell. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2002, p. 72-132.

_____. Processo e verdade no direito brasileiro. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 47, jul-set/1987, p. 92-99.

CABRAL, Antônio do Passo. O contraditório como dever e a boa-fé processual objetiva. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 126, ago/2005, p. 59 - 81.

CAHALI, Yussef Said. *Dano moral*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1998.

CALAMANDREI, Piero. *Eles, os juízes, vistos por nós, os advogados*. (tradução Ivo de Paula). São Paulo: Editora Pilares, 2013.

CATALAN, Marcos Jorge. O princípio da congruência e o acesso à ordem jurídica justa: reflexões sobre o tema na legalidade constitucional. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 147. mai/2007, p. 73-95.

CARACIOLA, Andrea Boari. *Princípio da congruência no Código de Processo Civil*. São Paulo: LTr, 2010.

CARMONA, Carlos Alberto. Em torno da petição inicial. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 119, jan/2005, p. 11-34.

CARNELUTTI, Francesco. *Como nasce o direito*. São Paulo: Editora Pillares: 2015.

_____. *Como se faz um processo*. Campinas: Servanda Editora, 2015.

_____. *Instituições do Processo Civil*. Volume 1. São Paulo: Classic Book, 2000.

CARVALHO, Milton Paulo de. *Do pedido no processo civil*. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1992.

_____. Pedido novo e aditamento do pedido. O art. 294 do Código de Processo Civil na sua nova redação. In: CRUZ E TUCCI, José Rogério (Coord.). *Processo civil: estudo em comemoração aos 20 anos de vigência do Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 1995, p. 169-177.

CINTRA, Antônio Carlos de Araújo; GRINOVER, Ada Pellegrini e DINAMARCO, Cândido Rangel. *Teoria geral do processo*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

CINTRA, Lia Carolina Batista. Relevância da vontade no processo, interpretação do ato postulatório e pedido “meramente” declaratório. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 239, jan/2015, p. 35-62.

CORRÊA, Fábio Peixinho Gomes. *O objeto litigioso no processo civil*. São Paulo: Quartier Latin, 2009.

COSTA, Susana Henriques da. *Condições da Ação*. São Paulo: Quartier Latin, 2005.

_____. Arts. 318 a 333. Comentários ao novo Código de Processo Civil. Coord. Antônio do Passo Cabral, Ronaldo Cramer. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 501-528.

COSTA, Susana Henriques da. FERNANDES, Débora Chaves Martines. Processo coletivo e controle judicial de políticas públicas – relatório Brasil. in. Ada Pellegrini Grinover, Kazuo Watanabe, e Susana Henriques da Costa (Coord.). *O processo para solução de conflitos de interesse público*. Salvador: Editora Juspodivm, 2017, p. 359-382.

COSTA E SILVA, Paula. *Acto e Processo – o dogma da irrelevância da vontade na interpretação e nos vícios do acto postulativo*. Coimbra: Coimbra Editora, 2003.

COUTURE, Eduardo Juan. *Interpretação das leis processuais*. São Paulo: Max Limonad, 1956.

CRUZ E TUCCI, José Rogério. *A causa petendi no processo civil*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2009.

_____. A denominada “situação substancial” como objeto do processo na obra de Fazzalari. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 68, out-dez/1992, p. 271-281.

_____. A regra da eventualidade como pressuposto da denominada teoria da substanciação. *Revista do Advogado*. São Paulo, v. 40, jul/1993, p. 39-43.

_____. *Art. 2º. Código de Processo Civil anotado*. Coord. José Rogério Cruz e Tucci *et al.* Rio de Janeiro: GZ Editora, 2016, p. 2-4.

_____. Contornos da causa petendi da demanda civil perante o juizado especial. *Revista dos Tribunais*. vol. 745. Nov / 1997. p. 11.

_____. Contra o processo autoritário. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 242, Abr / 2015, p. 47-65.

_____. Espírito do processo civil moderno na obra de Rudolf von Ihering. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 66, abr-jun/1992, p. 285-294.

_____. Reflexões sobre a cumulação subsidiária de pedidos. *Revista dos Tribunais*. vol. 786/2001. Abr/2001. p. 57-67.

CRUZ E TUCCI, José Rogério; AZEVEDO, Luiz Carlos de. Lições de história do processo civil romano. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

DIDIER JR., Fredie. *Arts. 502 a 508. Comentários ao novo Código de Processo Civil*. Coord. Antônio do Passo Cabral, Ronaldo Cramer. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2016, p. 751-783

DINAMARCO, Cândido Rangel. *A Instrumentalidade do Processo*. 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil - Volume II*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. *Instituições de Direito Processual Civil - Volume III*. 7. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. O conceito de mérito em processo civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 34, abr-jun/1984, p. 20-46.

_____. Ônus de afirmar e *causa petendi* – Os documentos indispensáveis a propositura da demanda – Ônus de afirmar e ônus de impugnação específica (CPC, art. 302 – Pedido determinado e sentença ilíquida – Confissões de dívida como declarações de vontade constitutivas – Honorários advocatícios (parecer). *Revista Forense*, v. 341, jan-mar/1998, p. 215-238.

_____. *Nova era do processo civil*. 4. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

_____. Superior Tribunal de Justiça e acesso a ordem jurídica justa. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 59, jul-set/1991, p. 14-21.

DINIZ, Maria Helena. *Curso de direito civil brasileiro: teoria geral do direito civil*. Vol. 1. 33. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

_____. *Compêndio de introdução à ciência do Direito*. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DIP, Ricardo. Tópicos inaugurais da interpretação jurídica. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 413, jan-jun/2011, p. 663-667.

ELIAS, Carlos Eduardo Stefen. As reformas processuais e o princípio da congruência entre sentença e pedido. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 158, abr/2008, p. 38-64.

_____. *Arts. 700 a 702*. Código de Processo Civil anotado. Coord. José Rogério Cruz e Tucci *et al.* Rio de Janeiro: GZ Editora, 2016, p. 964-971.

FERRARA, Francesco. *Interpretação e aplicação das leis*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 1940.

FERRAZ JÚNIOR, Tercio Sampaio. *Introdução ao estudo do direito: técnica, decisão, dominação*. 9. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2016.

FORNACIARI JÚNIOR, Clito. *Art. 343*. Código de Processo Civil anotado. Coord. José Rogério Cruz e Tucci *et al.* Rio de Janeiro: GZ Editora, 2016, p. 505-508.

FREITAS, Juarez. *A interpretação sistemática do Direito*. São Paulo: Malheiros, 2010.

GABBAY, Daniela Monteiro. *Arts. 318 a 331*. Código de Processo Civil anotado. Coord. José Rogério Cruz e Tucci *et al.* Rio de Janeiro: GZ Editora, 2016, p. 471-482.

_____. *Pedido e causa de pedir*. São Paulo: Saraiva, 2010.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes. *Introdução ao Realismo Jurídico Norte-Americano*. Brasília: edição do autor, 2013.

GOMES, Danilo Heber. *Ato processual (in)existente*. Curitiba: Juruá, 2013.

GOMES, Luiz Roldão de Freitas. Norma jurídica. Interpretação e aplicação. Aspectos atuais. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 316, out-dez/1991, p. 65-71.

GRAU, Eros Roberto. *O Direito Posto e o Direito Pressuposto*. 9. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

_____. O direito pressuposto e o direito posto. *Revista dos Tribunais*. vol. 673. Nov/1991. p. 21-26.

_____. *Por que tenho medo dos juízes (interpretação/ aplicação do direito e os princípios)*. 8. ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

_____. *Nota sobre os conceitos jurídicos*. Doutrinas Essenciais de Direito Civil. vol. 1. out/2010, p. 259.

GRINOVER, Ada Pellegrini. *Ensaio sobre a processualidade: fundamentos de uma nova teoria geral do processo*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

_____. O direito de ação. *Doutrinas Essenciais de Processo Civil*. vol. 2. out/2011, p. 45-57.

JORGE, Flávio Cheim. Sentença cível. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 104, out-dez/2001, p. 111-132.

_____. *Teoria geral dos recursos cíveis*. Rio de Janeiro: Forense, 2003.

LANES, Júlio Cesar Goulart. *Fato e direito no processo civil cooperativo*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014.

LEONEL, Ricardo de Barros. *Causa de Pedir e Pedido: o direito superveniente*. São Paulo: Método, 2006.

LIEBMAN, Enrico Tullio. A força criativa da jurisprudência e os limites impostos pelo texto da lei. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 43, jul-set/1986, p. 57-60.

_____. Do arbítrio à razão reflexões sobre a motivação da sentença. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 29, jan-mar/1983, p. 79-81.

_____. *Eficácia e autoridade da sentença e outros escritos sobre a coisa julgada* (tradução de Alfredo Buzaid e Benvindo Aires, tradução dos textos posteriores à edição de 1945 com notas relativas ao direito brasileiro vigente de Ada Pellegrini Grinover). Rio de Janeiro: Forense, 2007.

_____. *Manual de Direito Processual Civil. Vol. I*, 3. ed. São Paulo: Malheiros, 2005.

_____. O despacho saneador e o julgamento do mérito. *Revista dos Tribunais*. vol. 767. Set/1999. p. 737 - 753.

LOPES, Bruno Vasconcelos Carrilho. A extensão da coisa julgada às questões apreciadas na motivação da sentença. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 216, fev/2013, p. 431-438.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos. *Relação entre demandas*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2016.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos; GABBAY, Daniela Monteiro; ALVES, Rafael Francisco; ANDRADE, Tathiana Chaves de. *Interpretação do pedido e da causa de pedir nas demandas coletivas (conexão, continência e litispendência)*. In: Paulo Henrique dos Santos Lucon. (Org.). *Tutela Coletiva - 20 anos da Lei da Ação Civil Pública e do Fundo de Defesa de Direitos Difusos - 15 anos do Código de Defesa do Consumidor*. São Paulo: Atlas, 2006, p. 184-199.

LUCON, Paulo Henrique dos Santos; RODRIGUES, Rafael Ribeiro. Recursos Extraordinário e Especial Repetitivos: antecedentes e novidades no CPC/2015. *Aspectos polêmicos dos recursos cíveis e assuntos afins*. Volume 14. Coord. Nelson Nery Júnior, Teresa Arruda Alvim e Pedro Miranda de Oliveira. São Paulo: Thomson Reuters, 2018, p. 345-374.

LOPES, Mônica Sette. O realismo jurídico: O discurso jurídico e a apreensão da realidade pontual. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais*. Minas Gerais, v. 45, 2004, p. 297-340.

MACHADO, Hugo de Brito. *Introdução ao estudo do direito*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

MACHADO, Marcelo Pacheco. *A correlação no processo civil: relações entre demanda e tutela jurisdicional*. Salvador: JusPodivm, 2015.

_____. Causa de pedir e teoria da relatividade do fato essencial. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 237, nov/2014, p. 89-113.

_____. Demanda, reconvenção e defesa: o que é o que é? *Revista de Processo*, São Paulo, v. 236, out/2014, p. 71-96.

_____. *Incerteza e processo*. São Paulo: Saraiva, 2013.

_____. Simplificação, autonomia e estabilização das tutelas de urgência: análise da proposta do Projeto de novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, São Paulo. v. 202. dez/2011, p. 233-267.

MALACHINI, Edson Ribas. Da conversibilidade de um processo em outro, por emenda à petição inicial. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 54, abr-jun/1989, p. 7-16.

MALLET, Estêvão. Notas sobre o problema da chamada "decisão-surpresa". *Revista de Processo*, São Paulo, v. 233, jul/2014, p. 43-64.

MARCATO, Antonio Carlos. Preclusões: limitação ao contraditório? *Revista de Processo*, São Paulo, v. 17, jan-mar/1980, p. 105-114.

_____. *Procedimentos especiais*. 17. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARINONI, Luiz Guilherme. O direito de ação como direito fundamental (consequências teóricas e práticas). *Revista dos Tribunais*. vol. 873. Jul/2008. p. 11-30.

MARINONI, Luiz Guilherme; ARENHART, Sérgio Cruz; MITIDIERO, Daniel. *Novo curso de processo civil: teoria do processo civil, volume I*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimento comum, volume II*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

_____. *Novo curso de processo civil: tutela dos direitos mediante procedimentos diferenciados, volume III*. 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

MARKY, Thomas. *Curso Elementar de Direito Romano*. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 1995

MAXIMILIANO, Carlos. *Hermenêutica e aplicação do direito*. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

MEDINA, José Miguel Garcia; WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. *Parte geral e processo de conhecimento*. 3. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

MEIRELLES, Hely Lopes. *Direito administrativo brasileiro*. 41. ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

MEIRELLES, Hely Lopes. WALD, Arnaldo. MENDES, Gilmar Ferreira. *Mandado de segurança e ações constitucionais*. 36. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

MESQUITA, José Ignácio Botelho de. A ‘causa petendi’ nas ações reivindicatórias. *Revista da Ajuris*, Rio Grande do Sul, v. 20, nov/1980, p. 166-180.

MESQUITA, José Ignácio Botelho de; LOMBARDI, Mariana Capela; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real; DELLORE, Luiz Guilherme Pennacchi; ZVEIBIL, Daniel Guimarães. O colapso das condições da ação?: um breve ensaio sobre os efeitos da carência de ação. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 152, out/2007, p. 11-35.

MITIDIERO, Daniel Francisco. *Cortes Superiores e Cortes Supremas - Do Controle à Interpretação, da Jurisprudência ao Precedente*. 2. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

MONTEIRO NETO. João Pereira. Pedido genérico: reflexões à luz do novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 243, mai/2015, p. 59-80.

MONTORO, André Franco. *Introdução à ciência do direito*. 25. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2000.

NERY JÚNIOR, Nelson. Condições da ação. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 64, out-dez/1991, p. 33-38.

_____. Decisão extra petita. *Soluções Práticas de Direito*. vol. 9. Set/2014. p. 125-153.

_____. *Princípios do processo civil na constituição federal*. 13. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

NERY JÚNIOR, Nelson. NERY, Rosa Maria de Andrade. *Comentários ao Código de Processo Civil*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

NERY, Rosa Maria de Andrade. Fatos processuais. Atos jurídicos processuais simples. Negócio jurídico processual (unilateral e bilateral). Transação. *Revista de Direito Privado*. vol. 64, out-dez/2015, p. 261-274.

NUSDEO, Fábio. *Curso de economia: introdução ao direito econômico*. 7. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2013.

OLIVEIRA, Bruno Silveira de. *O juízo de identificação de demandas e de recursos no processo civil brasileiro (contribuição ao estudo dos atos postulatórios)*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

OLIVEIRA NETO. Olavo de. OLIVEIRA. Patrícia Elias Cozzolino de. *A necessidade de pedido específico na ação de indenização por dano moral*. Revista do Instituto dos Advogados de São Paulo. vol. 23. Jan-Jun/2009. p. 250-263.

PINHEIRO, Guilherme César. O novo código de processo civil e as alterações não explícitas sobre a petição inicial. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 258, ago/2016. p. 85-102.

PINTO, Teresa Celina Arruda Alvim. A sentença e a coisa julgada. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 41, jan-mar/1986, p. 177-184.

_____. Existe a “discricionariedade” judicial? *Revista de Processo*, São Paulo, v. 70, abr-jun/1993, p. 232-234.

PONTES DE MIRANDA, Francisco Cavalcanti. *Comentários ao Código de Processo Civil. Tomo II, arts. 80 a 160*. 2. ed. Rio de Janeiro: Revista Forense, 1958.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo I, arts 1 a 45*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo II, arts 46 a 153*. Rio de Janeiro: Forense, 1974.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo IV, arts 282 a 443*. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1979.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo V, arts 444 a 475*. Rio de Janeiro: Forense, 1974.

_____. *Comentários ao Código de Processo Civil, Tomo XII, arts 796 a 889*. Rio de Janeiro: Forense, 1976.

PUOLI, José Carlos Baptista. *Os Poderes do Juiz e as Reformas do Processo Civil*. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2001.

ROCHA, Cármen Lúcia Antunes. *(In)segurança jurídica*. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/opiniaoinseguranca-juridica-22880449> – Acessado em: 21/07/2018.

RODRIGUES, Marco Antônio dos Santos. *A modificação do pedido e da causa de pedir no processo civil*. Rio de Janeiro: GZ Editora, 2014.

RODRIGUES, Rafael Ribeiro. Honorários recursais. Do Anteprojeto ao CPC/15. Requisitos e Funções. Questões problemáticas. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 426, jul-dez/2017, p. 161-187.

RODRIGUES, Rafael Ribeiro; THAMAY, Rennan F. K. Estabilização e pedido incontroverso. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 268, jun/2017, p. 377 - 404.

_____. *O efeito translativo na barca de Caronte*. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 255, maio/2016, p. 253-274.

_____. Uma primeira análise constitucional sobre os princípios no Novo Código de Processo Civil. *Coleção Novo CPC: doutrina selecionada. Vol. 1: parte geral*. 2. ed. Fredie Didier Júnior (Coord.). Salvador: Juspodivm, 2016, p. 351-367.

RODRIGUES, Silvio. *Direito Civil: parte geral*. 28. ed. São Paulo: Saraiva, 2002.

SANCHES, Sydney. Objeto do processo e objeto litigioso do processo. *Revista de Jurisprudência do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo*, nov-dez/1978, p. 13-26.

SANTOS, Silas Silva. *Litisconsórcio eventual, alternativo e sucessivo*. São Paulo: Atlas, 2013.

SCARPINELLA BUENO, Cassio. *Curso sistematizado de direito processual civil: procedimento comum ordinário e sumário*. Vol. 2. Tomo I. 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. *Curso sistematizado de direito processual civil: procedimentos especiais do Código de Processo Civil. Juizados Especiais*. Vol. 2. Tomo II. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. *Curso sistematizado de direito processual civil: tutela antecipada, tutela cautelar, procedimentos cautelares específicos*. Vol. 4. 6. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

_____. Direito, interpretação e norma jurídica: uma aproximação musical do direito. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 111, jul-set/2003, p. 223-242.

SICA, Heitor Vitor Mendonça. *O Direito de Defesa No Processo Civil Brasileiro - Um Estudo Sobre a Posição do Réu*. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

_____. *Preclusão Processual Civil*. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, De Plácido e. *Vocabulário Jurídico*. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2002.

SILVA, João Paulo Hecker da. *Processo societário: tutelas de urgência e da evidência*. Brasília: Gazeta Jurídica, 2014.

SILVA, José Afonso da. *Curso de direito constitucional positivo*. 37. ed. São Paulo: Malheiros, 2014.

SILVA, Ovídio Araujo Baptista da. Limites objetivos da coisa julgada no direito brasileiro atual. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 14, abr-set/1979, p. 45-71.

_____. Processo e ideologia. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 110, abr-jun/2003, p. 19-36.

SOBRINHO, Elicio de Cresci. *Objeto litigioso no processo civil*. Porto Alegre: Editora Sergio Antônio Fabris, 2008.

THEODORO JÚNIOR, Humberto. *Curso de direito processual civil*. Vol. I. 58. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

_____. Estabilização da demanda no novo Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 244, jun/2015, p. 195-208.

_____. Interpretação e aplicação das normas jurídicas. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 150, ago/2007, p. 11 - 23.

_____. Notas sobre sentença, coisa julgada e interpretação. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 167, jan/2009. p. 9-24.

_____. O juiz e a revelação do Direito in concreto. *Revista Forense*, Rio de Janeiro, v. 360, mar-abr/2002, p. 23-33.

TUCCI, Rogério Lauria. Aspectos modernos do conceito de ação. *Doutrinas Essenciais de Processo Civil*. vol. 2, out / 2011, p. 59 – 80.

TUNALA, Larissa Gaspar. *Comportamento processual contraditório*. Salvador: Juspodivm, 2015.

VENOSA, Sílvio de Salvo. *Direito Civil: parte geral*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. *Direito Civil: teoria geral das obrigações e teoria geral dos contratos*. 15. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

_____. *Introdução ao estudo do direito: primeiras linhas*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

VIEIRA, Luísa Maria Ourém Sabóia. O princípio da correlação aplicado ao processo civil e ao processo penal. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 211, set/2012, p. 391-415.

VIGLIAR, José Marcelo Menezes. *Tutela jurisdicional coletiva*. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

WAMBIER, Luiz Rodrigues; TALAMINI, Eduardo. *Curso Avançado de Processo Civil: teoria geral do processo e processo de conhecimento. Volume 1*. 15. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim, **et al.** *Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil*. São Paulo: Saraiva, 2015.

WAMBIER, Teresa Arruda Alvim. A tutela específica do art. 461, do Código de Processo Civil. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 80, out-dez/1995, p. 103-110.

_____. O juiz aplica a lei à verdade dos fatos? *Revista de Processo*, São Paulo, v. 216, fev/2013, p. 425-430.

WATANABE, Kazuo. Ação dúplice. *Revista de Processo*, São Paulo, v. 31, jul-set/1983, p. 138-143.

_____. *Cognição no Processo Civil*. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

YARSHELL, Flávio Luiz. *Antecipação da prova sem o requisito da urgência e direito autônomo à prova*. São Paulo: Malheiros, 2009.

_____. *Curso de Direito Processual Civil. Vol. 1*. São Paulo: Editora Marcial Pons, 2014.

_____. *Tutela Jurisdicional*. 2. ed. São Paulo: Editora DPJ. 2006.

ANEXO A – DECISÕES FAVORÁVEIS À INTERPRETAÇÃO LÓGICO-SISTEMÁTICA DO PEDIDO E SUAS VARIANTES

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
QUARTA TURMA	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	REsp 76153 / SP	05/02/1996
PRIMEIRA TURMA	JOSÉ DELGADO	REsp 105616 / PR	16/12/1996
QUARTA TURMA	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	AgRg no Ag 145729 / MG	02/03/1998
QUARTA TURMA	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	REsp 120299 / ES	21/09/1998
QUARTA TURMA	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	REsp 284480 / RJ	02/04/2001
QUARTA TURMA	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	REsp 233446 / RJ	07/05/2001
QUINTA TURMA	FELIX FISCHER	REsp 306761 / DF	04/06/2001
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 337785 / RJ	25/03/2002
PRIMEIRA TURMA	LUIZ FUX	AgRg no Ag 468472 / RJ	02/06/2003
PRIMEIRA TURMA	DENISE ARRUDA	AgRg no Ag 567773 / RJ	20/09/2004
QUARTA TURMA	FERNANDO GONÇALVES	REsp 440211 / ES	11/10/2004
QUARTA TURMA	FERNANDO GONÇALVES	AgRg no Ag 594865 / RS	16/11/2004
QUINTA TURMA	LAURITA VAZ	REsp 646909 / MT	13/12/2004
QUARTA TURMA	JORGE SCARTEZZINI	AgRg no Ag 596323 / RJ	17/12/2004
SEGUNDA TURMA	FRANCIULLI NETTO	AgRg no REsp 511670 / MG	08/08/2005
PRIMEIRA TURMA	DENISE ARRUDA	AgRg no Ag 625911 / GO	20/06/2005
TERCEIRA TURMA	CASTRO FILHO	REsp 586474 / RS	23/05/2005
PRIMEIRA TURMA	DENISE ARRUDA	AgRg no Ag 627423 / MG	20/06/2005
QUARTA TURMA	BARROS MONTEIRO	AgRg no Ag 643032 / ES	03/04/2006
QUARTA TURMA	ALDIR PASSARINHO JUNIOR	AgRg no Ag 738250 / GO	05/11/2007
PRIMEIRA TURMA	LUIZ FUX	REsp 807863 / RJ	01/08/2006
PRIMEIRA TURMA	JOSÉ DELGADO	REsp 716468 / RJ	31/08/2006
TERCEIRA TURMA	CASTRO FILHO	REsp 772185 / MT	13/11/2006
QUARTA TURMA	JORGE SCARTEZZINI	AgRg no Ag 668909 / SP	20/11/2006

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
TERCEIRA TURMA	CASTRO FILHO	REsp 712293 / RJ	04/12/2006
QUARTA TURMA	JORGE SCARTEZZINI	AgRg no Ag 819912 / DF	26/02/2007
TERCEIRA TURMA	HUMBERTO GOMES DE BARROS	REsp 445413 / DF	18/06/2007
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	REsp 767845 / GO	07/05/2007
PRIMEIRA TURMA	LUIZ FUX	AgRg no Ag 865880 / RJ	09/08/2007
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no Ag 819800 / DF	17/10/2008
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	REsp 734509 / BA	06/08/2007
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no Ag 844050 / SP	08/02/2008
SEGUNDA SEÇÃO	FERNANDO GONÇALVES	CC 62402 / MG	11/10/2007
QUARTA TURMA	MASSAMI UYEDA	AgRg no Ag 632742 / MA	22/10/2007
TERCEIRA TURMA	HUMBERTO GOMES DE BARROS	REsp 985084 / BA	19/12/2007
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	RMS 23353 / RS	19/05/2008
QUINTA TURMA	FELIX FISCHER	EDcl no REsp 895655 / SP	28/04/2008
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no Ag 886219 / RS	07/05/2008
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	REsp 906644 / RJ	01/09/2008
TERCEIRA TURMA	MASSAMI UYEDA	REsp 1045351 / MT	05/08/2008
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no REsp 714159 / SC	01/07/2008
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	AgRg no Ag 948786 / SP	01/12/2008
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	REsp 907087 / DF	01/12/2008
SEGUNDA TURMA	CASTRO MEIRA	REsp 1022798 / ES	28/11/2008
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	REsp 948732 / RS	03/11/2008
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	REsp 925534 / RN	03/11/2008
QUINTA TURMA	LAURITA VAZ	AgRg no REsp 737941 / CE	01/12/2008
PRIMEIRA TURMA	DENISE ARRUDA	AgRg no Ag 1038295 / RS	03/12/2008
PRIMEIRA TURMA	DENISE ARRUDA	EDcl nos EDcl no REsp 911520 / SP	03/12/2008

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	REsp 996621 / BA	09/12/2008
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no REsp 1032716 / MG	19/12/2008
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	REsp 880163 / GO	09/03/2009
PRIMEIRA TURMA	TEORI ALBINO ZAVASCKI	REsp 775475 / DF	28/05/2009
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	REsp 1021688 / RJ	01/07/2009
QUARTA TURMA	FERNANDO GONÇALVES	REsp 671964 / BA	29/06/2009
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 907350 / PR	09/09/2009
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	REsp 973686 / PR	30/09/2009
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no REsp 1118704 / RJ	22/09/2009
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	REsp 1115916 / MG	18/09/2009
QUINTA TURMA	LAURITA VAZ	AgRg no Ag 1170562 / SP	03/11/2009
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no Ag 1172526 / PR	07/10/2009
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	REsp 1040579 / GO	16/11/2009
TERCEIRA TURMA	PAULO FURTADO (DES. CONV. TJ/BA)	AgRg no REsp 788361 / SC	13/11/2009
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no REsp 737069 / RJ	24/11/2009
TERCEIRA TURMA	MASSAMI UYEDA	RMS 27589 / PA	16/12/2009
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	AgRg no REsp 1104430 / AL	16/04/2010
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgRg no REsp 914981 / RN	27/04/2010
SEGUNDA TURMA	ELIANA CALMON	REsp 1159409 / AC	21/05/2010
TERCEIRA TURMA	VASCO DELLA GIUSTINA (DES. CONV. TJ/RS)	AgRg no REsp 872990 / SP	27/05/2010
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgRg no REsp 1190060 / RS	28/06/2010
SEXTA TURMA	MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA	AgRg no REsp 827527 / RS	16/08/2010
QUARTA TURMA	ALDIR PASSARINHO JUNIOR	AgRg no REsp 1007935 / MG	10/09/2010
TERCEIRA TURMA	PAULO DE TARSO SANSEVERINO	AgRg no Ag 732711 / SP	15/09/2010
PRIMEIRA TURMA	TEORI ALBINO ZAVASCKI	AgRg no REsp 835091 / ES	13/09/2010

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
QUINTA TURMA	NAPOLÉÃO NUNES MAIA FILHO	AgRg no AgRg no Ag 1136475 / DF	11/10/2010
TERCEIRA TURMA	VASCO DELLA GIUSTINA (DES. CONV. TJ/RS)	AgRg nos EDcl no REsp 805265 / AL	21/09/2010
PRIMEIRA TURMA	LUIZ FUX	REsp 1107219 / SP	23/09/2010
SEGUNDA TURMA	ELIANA CALMON	REsp 967375 / RJ	20/09/2010
TERCEIRA TURMA	PAULO DE TARSO SANSEVERINO	AgRg no Ag 784710 / RJ	06/10/2010
TERCEIRA TURMA	VASCO DELLA GIUSTINA (DES. CONV. TJ/RS)	AgRg no REsp 241996 / ES	13/10/2010
TERCEIRA TURMA	VASCO DELLA GIUSTINA (DES. CONV. TJ/RS)	AgRg no REsp 243718 / RS	13/10/2010
QUINTA TURMA	LAURITA VAZ	REsp 1070929 / RJ	11/10/2010
PRIMEIRA TURMA	HAMILTON CARVALHIDO	AgRg no REsp 994827 / RS	04/11/2010
QUINTA TURMA	NAPOLÉÃO NUNES MAIA FILHO	AgRg no REsp 976306 / ES	25/10/2010
PRIMEIRA TURMA	BENEDITO GONÇALVES	RMS 32442 / RJ	26/10/2010
PRIMEIRA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	AgRg no REsp 1198331 / DF	20/10/2010
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1049560 / MG	16/11/2010
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	REsp 1210068 / RS	08/02/2011
QUINTA TURMA	GILSON DIPP	AgRg no REsp 1122901 / RS	09/03/2011
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 863890 / SC	17/02/2011
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no REsp 995528 / RS	28/02/2011
TERCEIRA TURMA	VASCO DELLA GIUSTINA (DES. CONV. TJ/RS)	AgRg nos EDcl no Ag 762469 / MS	13/04/2011
SEGUNDA TURMA	CASTRO MEIRA	AgRg no REsp 416937 / SC	28/04/2011
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgRg no Ag 1343635 / SP	11/05/2011
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no REsp 1198808 / ES	01/06/2011
PRIMEIRA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	AgRg no Ag 1380926 / DF	25/05/2011
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgRg no Ag 1343032 / SC	19/06/2012
QUARTA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	AgRg no Ag 1332176 / PR	09/08/2011
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgRg nos EDcl no REsp 1161797 / RJ	24/08/2011

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
TERCEIRA TURMA	MASSAMI UYEDA	REsp 1195656 / BA	30/08/2011
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1097955 / MG	03/10/2011
SEXTA TURMA	MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA	AgRg no RMS 28542 / AP	28/09/2011
PRIMEIRA TURMA	BENEDITO GONÇALVES	AgRg no Ag 1236080 / RS	11/10/2011
SEGUNDA SEÇÃO	NANCY ANDRIGHI	AR 3682 / RN	19/10/2011
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1071158 / RJ	07/11/2011
PRIMEIRA TURMA	BENEDITO GONÇALVES	AgRg no REsp 1168551 / MG	28/10/2011
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	REsp 874430 / MA	07/12/2011
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgRg no Ag 1388277 / RS	25/11/2011
PRIMEIRA TURMA	NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	AgRg no REsp 1197200 / RJ	24/11/2011
PRIMEIRA TURMA	NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	AgRg no REsp 1195680 / RN	24/11/2011
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no Ag 1088411 / SP	16/11/2011
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no AREsp 4513 / MG	06/12/2011
SEGUNDA TURMA	CESAR ASFOR ROCHA	AgRg no REsp 1236161 / DF	29/11/2011
TERCEIRA TURMA	MASSAMI UYEDA	REsp 1120631 / RJ	01/02/2012
SEXTA TURMA	VASCO DELLA GIUSTINA (DES. CONV. TJ/RS)	AgRg no REsp 674710 / SP	06/02/2012
SEXTA TURMA	VASCO DELLA GIUSTINA (DES. CONV. TJ/RS)	AgRg no REsp 891600 / RJ	06/02/2012
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1093648 / SP	01/02/2012
PRIMEIRA TURMA	BENEDITO GONÇALVES	AgRg no Ag 1298321 / DF	10/02/2012
PRIMEIRA TURMA	BENEDITO GONÇALVES	AgRg no RMS 33646 / SP	10/02/2012
SEGUNDA TURMA	CASTRO MEIRA	AgRg no REsp 1253140 / SC	05/03/2012
QUINTA TURMA	LAURITA VAZ	REsp 1104357 / RS	05/03/2012
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no Ag 1344486 / DF	12/04/2012
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgRg nos EDcl no REsp 1198380 / SC	09/03/2012
SEXTA TURMA	VASCO DELLA GIUSTINA (DES. CONV. TJ/RS)	AgRg no REsp 1115942 / RJ	12/03/2012

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgRg no Ag 666835 / MS	21/03/2012
TERCEIRA TURMA	PAULO DE TARSO SANSEVERINO	AgRg no REsp 1115354 / RS	03/04/2012
QUINTA TURMA	GILSON DIPP	AgRg no Ag 1351484 / RJ	26/03/2012
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1143962 / SP	09/04/2012
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no REsp 756532 / RS	23/03/2012
TERCEIRA TURMA	MASSAMI UYEDA	AgRg no REsp 1166904 / MG	27/04/2012
SEXTA TURMA	MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA	AgRg no REsp 1149636 / PR	23/04/2012
PRIMEIRA TURMA	BENEDITO GONÇALVES	EDcl no REsp 1294238 / CE	25/04/2012
SEGUNDA TURMA	CESAR ASFOR ROCHA	AgRg no Ag 1423462 / CE	26/04/2012
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no AREsp 112675 / RS	07/05/2012
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1155274 / PE	15/05/2012
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	REsp 876144 / SC	20/08/2012
PRIMEIRA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	AgRg no REsp 1031414 / RS	10/05/2012
SEGUNDA TURMA	CASTRO MEIRA	AgRg no REsp 1254227 / RS	28/05/2012
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no REsp 1302480 / SP	30/05/2012
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no AREsp 134264 / RS	26/06/2012
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1186181 / MS	06/12/2013
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no AREsp 156155 / RS	14/06/2012
SEGUNDA TURMA	CASTRO MEIRA	AgRg no AREsp 124010 / PA	14/06/2012
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no AREsp 161113 / SP	29/06/2012
QUINTA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgRg no REsp 969299 / MG	28/06/2012
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no AREsp 166543 / ES	28/06/2012
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no REsp 1309733 / RJ	23/08/2012
PRIMEIRA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	AgRg no REsp 1218056 / DF	02/08/2012
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgRg no AREsp 135685 / SP	02/08/2012

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
SEXTA TURMA	SEBASTIÃO REIS JÚNIOR	AgRg no REsp 910503 / PR	22/08/2012
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1162643 / SC	17/08/2012
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1316926 / SP	15/08/2012
TERCEIRA TURMA	MASSAMI UYEDA	REsp 1202238 / SC	18/09/2012
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1339242 / RJ	25/09/2012
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgRg no Ag 1418171 / RJ	10/09/2012
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	REsp 1294166 / GO	22/10/2012
TERCEIRA TURMA	MASSAMI UYEDA	AgRg no Ag 1330187 / MS	05/10/2012
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg nos EDcl no AREsp 143102 / RJ	29/10/2012
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no REsp 1236431 / RJ	08/11/2012
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	AgRg no REsp 1313899 / SC	25/10/2012
SEGUNDA TURMA	CASTRO MEIRA	AgRg no AREsp 220712 / RN	29/11/2012
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no REsp 1198488 / DF	11/12/2012
PRIMEIRA SEÇÃO	NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	MS 18037 / DF	01/02/2013
PRIMEIRA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	AgRg no REsp 1297489 / RS	15/02/2013
SEGUNDA TURMA	CASTRO MEIRA	EDcl no REsp 968384 / RJ	08/02/2013
SEXTA TURMA	ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DES. CONV. TJ/PE)	AgRg no REsp 445358 / AL	12/03/2013
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no REsp 526638 / SP	27/02/2013
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no REsp 1288067 / RJ	20/03/2013
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	REsp 1359558 / PB	15/05/2013
QUINTA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgRg no RMS 25979 / GO	16/04/2013
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1307131 / DF	15/04/2013
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1362297 / DF	09/05/2013
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg nos EDcl no AREsp 229116 / RJ	09/05/2013
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA	REsp 647456 / SP	25/04/2013

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
SEGUNDA TURMA	ELIANA CALMON	REsp 1284927 / PR	15/05/2013
QUINTA TURMA	JORGE MUSSI	EDcl no AgRg no REsp 1112291 / PE	16/05/2013
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no AREsp 305191 / SP	13/06/2013
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgRg no REsp 1313696 / MS	04/06/2013
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1368210 / SP	17/06/2013
SEGUNDA TURMA	ELIANA CALMON	REsp 1234025 / MT	11/06/2013
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no AREsp 308921 / SP	13/06/2013
SEGUNDA TURMA	ELIANA CALMON	AgRg no AREsp 324927 / RJ	26/06/2013
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1263234 / TO	01/07/2013
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgRg no Ag 838989 / DF	01/07/2013
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no AREsp 322510 / BA	25/06/2013
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no AREsp 261861 / RS	13/09/2013
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgRg no AREsp 347218 / BA	19/08/2013
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgRg no AREsp 328436 / SP	12/08/2013
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgRg no AgRg no AREsp 190378 / ES	27/08/2013
SEXTA TURMA	ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DES. CONV. TJ/PE)	AgRg no REsp 769765 / SP	27/08/2013
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no AREsp 337632 / BA	17/09/2013
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgRg no AREsp 35970 / RS	15/10/2013
SEXTA TURMA	ASSUSETE MAGALHÃES	AgRg nos EDcl no REsp 651174 / MG	08/05/2014
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1286704 / SP	28/10/2013
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no REsp 1400223 / RN	25/10/2013
QUINTA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgRg no Ag 1314361 / MG	23/10/2013
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no AREsp 261422 / RS	30/10/2013
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1331115 / RJ	22/04/2014
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no REsp 1284020 / SP	06/03/2014

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
PRIMEIRA TURMA	NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	EDcl no AgRg no REsp 1137565 / MG	02/12/2013
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgRg no AREsp 420451 / RJ	19/12/2013
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgRg no REsp 1323709 / SC	17/12/2013
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgRg no REsp 1155859 / MT	04/02/2014
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	REsp 1215294 / SP	11/02/2014
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgRg no AREsp 377750 / DF	25/02/2014
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgRg nos EDcl no Ag 1415130 / SC	14/02/2014
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no AREsp 426389 / CE	07/03/2014
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1342955 / RS	31/03/2014
TERCEIRA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	REsp 1219329 / RJ	29/04/2014
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1363781 / SP	26/03/2014
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgRg no AREsp 464922 / SP	31/03/2014
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no AREsp 358700 / SC	22/04/2014
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no REsp 1425636 / PR	28/11/2014
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no AREsp 481632 / RS	16/05/2014
SEGUNDA TURMA	ASSUSETE MAGALHÃES	AgRg no AREsp 258806 / PE	05/05/2014
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1255398 / SP	30/05/2014
PRIMEIRA SEÇÃO	BENEDITO GONÇALVES	Rcl 15624 / MG	02/06/2014
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgRg no REsp 1439300 / RS	08/09/2014
SEXTA TURMA	ROGERIO SCHIETTI CRUZ	RCDESP no Ag 1099977 / RJ	02/09/2014
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	EDcl no AgRg no AREsp 483037 / PE	26/08/2014
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no REsp 1456844 / RJ	25/09/2014
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1349788 / RS	29/08/2014
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	REsp 1420003 / RS	15/09/2014
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg nos EDcl no REsp 1446516 / SP	16/09/2014

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgRg no AgRg no REsp 961535 / RS	03/06/2015
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	REsp 1197476 / BA	10/10/2014
SEGUNDA TURMA	ASSUSETTE MAGALHÃES	AgRg nos EDcl no REsp 1221399 / PR	23/10/2014
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	REsp 1391789 / PR	24/10/2014
QUINTA TURMA	WALTER DE ALMEIDA GUILHERME (DES. CONV. TJ/SP)	AgRg no REsp 1229473 / PE	03/11/2014
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	AgRg no REsp 1450470 / ES	28/10/2014
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no REsp 1465614 / SC	28/11/2014
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	AgRg no REsp 1463589 / SC	28/10/2014
TERCEIRA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	AgRg no REsp 1276751 / SP	19/11/2014
SEXTA TURMA	ROGERIO SCHIETTI CRUZ	AgRg nos EDcl no REsp 1053648 / DF	24/11/2014
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no REsp 1470591 / SC	17/11/2014
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgRg no AREsp 519410 / RJ	17/11/2014
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	AgRg no REsp 1455713 / SC	24/11/2014
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgRg no REsp 1341242 / SP	01/12/2014
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgRg no AREsp 308674 / RJ	01/12/2014
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no Ag 938958 / SP	27/04/2015
SEXTA TURMA	ROGERIO SCHIETTI CRUZ	AgRg nos EDcl no Ag 862160 / RJ	04/02/2015
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgRg no REsp 1384108 / RS	03/02/2015
PRIMEIRA TURMA	NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	AgRg no AREsp 249092 / RS	23/02/2015
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgRg no REsp 1351671 / PR	12/02/2015
SEGUNDA TURMA	ASSUSETTE MAGALHÃES	AgRg no REsp 1452608 / SC	05/03/2015
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no AREsp 644649 / DF	23/03/2015
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	REsp 1299900 / RJ	13/03/2015
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no AREsp 637631 / SP	10/03/2015
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgRg no AREsp 533421 / PE	13/03/2015

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgRg no AREsp 405039 / PE	13/03/2015
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no REsp 1501728 / AL	31/03/2015
TERCEIRA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	REsp 1454264 / PR	17/03/2015
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no AREsp 633975 / SP	12/03/2015
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	AgRg no REsp 1276663 / GO	12/03/2015
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	AgRg no REsp 1500557 / SC	11/03/2015
TERCEIRA TURMA	PAULO DE TARSO SANSEVERINO	AgRg no REsp 1462616 / RS	11/03/2015
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no AREsp 620663 / DF	06/04/2015
TERCEIRA TURMA	MOURA RIBEIRO	REsp 1482953 / RJ	17/03/2015
TERCEIRA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	REsp 1208207 / RN	27/03/2015
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no AREsp 18908 / RS	07/04/2015
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no AREsp 634136 / RS	06/04/2015
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgRg no AREsp 484257 / RN	31/03/2015
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgRg no REsp 1385134 / RN	31/03/2015
TERCEIRA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	REsp 1424164 / SC	16/04/2015
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no AREsp 650036 / MG	10/04/2015
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	AgRg no REsp 1324787 / SP	09/04/2015
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	REsp 1365999 / PR	17/04/2015
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no REsp 1366327 / PE	11/05/2015
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no REsp 1484395 / PR	01/07/2015
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	REsp 1319526 / SP	18/05/2015
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no REsp 1174853 / TO	26/05/2015
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgRg no Ag 1182834 / RS	20/05/2015
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no AREsp 255845 / SP	10/08/2015
PRIMEIRA TURMA	BENEDITO GONÇALVES	AgRg no AREsp 242962 / PR	14/05/2015

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
TERCEIRA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	REsp 1293490 / ES	29/05/2015
TERCEIRA TURMA	MOURA RIBEIRO	AgRg no REsp 1435413 / SC	28/05/2015
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	REsp 1134709 / MG	03/06/2015
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	AgRg no REsp 1427522 / AM	16/06/2015
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	AgRg no REsp 1462355 / SC	25/06/2015
TERCEIRA TURMA	PAULO DE TARSO SANSEVERINO	AgRg no REsp 1392983 / DF	22/06/2015
QUINTA TURMA	REYNALDO SOARES DA FONSECA	AgRg no REsp 1247847 / SC	25/06/2015
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no AREsp 124613 / PR	25/06/2015
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgRg no AREsp 690054 / SP	30/06/2015
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgRg nos EDcl no AREsp 551162 / SP	18/08/2015
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	AgRg no REsp 1530191 / GO	12/08/2015
SEGUNDA SEÇÃO	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AR 4176 / PR	01/07/2015
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no AREsp 697818 / DF	14/08/2015
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg nos EDcl no AREsp 640497 / RS	28/08/2015
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no AREsp 135791 / MS	27/08/2015
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	REsp 1384106 / SP	24/11/2015
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	AgRg nos EDcl nos EDcl no REsp 1464842 / SP	03/09/2015
TERCEIRA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	AgRg no AREsp 31519 / DF	11/09/2015
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1545518 / PR	11/11/2015
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no AREsp 729099 / RJ	10/09/2015
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgRg no AREsp 506601 / RS	08/09/2015
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgRg no AREsp 456533 / SC	25/09/2015
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgRg no AREsp 527202 / SP	30/09/2015
PRIMEIRA TURMA	NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	AgRg no Ag 1327010 / RJ	29/09/2015
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgRg no AREsp 354070 / RS	21/10/2015

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no AREsp 713329 / PE	03/02/2016
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no AREsp 690450 / RJ	16/10/2015
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgRg no AREsp 757147 / GO	06/10/2015
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no REsp 1547276 / RS	03/02/2016
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no REsp 1539796 / CE	03/02/2016
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgRg no AREsp 546537 / SP	04/11/2015
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no AREsp 478095 / PR	20/10/2015
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	REsp 1520500 / SP	13/11/2015
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	REsp 1550255 / RJ	13/11/2015
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgRg nos EDcl no AgRg no AREsp 710780 / RS	25/11/2015
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	REsp 1056837 / RN	10/11/2015
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgRg no AREsp 770344 / RS	01/12/2015
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	AgRg no REsp 1455680 / RS	24/11/2015
SEGUNDA TURMA	ASSUSETE MAGALHÃES	AgRg no AREsp 484423 / MS	14/12/2015
SEGUNDA TURMA	DIVA MALERBI (DES. CONV. TRF 3ª REGIÃO)	EDcl no REsp 1334437 / PR	17/12/2015
QUARTA TURMA	ANTONIO CARLOS FERREIRA	AgRg no REsp 1405409 / PR	04/02/2016
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgRg nos EDcl no AREsp 708465 / RJ	02/02/2016
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgRg no AREsp 793536 / SP	02/02/2016
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no REsp 1533758 / RJ	10/02/2016
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no AREsp 173860 / MS	18/05/2016
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgRg no REsp 1432595 / MG	05/02/2016
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	EDcl no REsp 1334703 / DF	20/05/2016
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgRg nos EDcl no REsp 1478946 / MT	11/03/2016
SEGUNDA TURMA	ASSUSETE MAGALHÃES	AgRg no REsp 1469086 / AC	09/03/2016
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	EDcl no AREsp 280160 / MT	03/03/2016

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgRg no AREsp 809875 / RS	01/03/2016
TERCEIRA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	REsp 1280261 / MG	07/03/2016
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgRg no AREsp 793112 / RS	10/03/2016
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg nos EDcl no REsp 1539203 / RS	30/05/2016
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no AREsp 513685 / SP	24/05/2016
SEGUNDA TURMA	ASSUSETTE MAGALHÃES	AgRg no AREsp 789117 / RJ	16/03/2016
SEGUNDA TURMA	ASSUSETTE MAGALHÃES	EDcl no REsp 1334203 / PR	16/03/2016
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgRg no AREsp 420691 / RJ	22/03/2016
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no AREsp 619504 / SP	22/03/2016
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	REsp 1355901 / BA	22/04/2016
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no AREsp 779165 / RS	24/05/2016
SEGUNDA TURMA	ASSUSETTE MAGALHÃES	AgRg no AREsp 392961 / GO	18/04/2016
TERCEIRA TURMA	PAULO DE TARSO SANSEVERINO	AgRg no AREsp 573264 / DF	25/04/2016
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgRg no AREsp 846804 / RS	13/05/2016
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	REsp 1574377 / RJ	09/05/2016
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no REsp 1356449 / TO	25/05/2016
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no AREsp 747488 / MS	12/05/2016
PRIMEIRA SEÇÃO	MAURO CAMPBELL MARQUES	REsp 1380931 / SP	14/06/2016
TERCEIRA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	REsp 1287458 / SP	19/05/2016
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no AREsp 850024 / RJ	31/05/2016
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgRg no AREsp 549696 / ES	11/05/2016
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no REsp 1434797 / PR	07/06/2016
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	REsp 1496018 / MA	06/06/2016
QUINTA TURMA	REYNALDO SOARES DA FONSECA	AgRg no REsp 1019714 / RS	25/05/2016
PRIMEIRA TURMA	NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	AgRg no AREsp 143370 / RJ	02/06/2016

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
TERCEIRA TURMA	PAULO DE TARSO SANSEVERINO	AgRg no AREsp 625605 / GO	01/06/2016
TERCEIRA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	REsp 1590479 / RJ	16/06/2016
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgRg no REsp 1263780 / SC	03/08/2016
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgRg no AgRg no AREsp 695258 / SC	22/06/2016
QUARTA TURMA	ANTONIO CARLOS FERREIRA	AgRg no REsp 1115572 / MG	30/06/2016
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	REsp 1122280 / MG	28/06/2016
TERCEIRA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	REsp 1537996 / DF	28/06/2016
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgInt no AREsp 647349 / MG	01/08/2016
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	REsp 1562641 / SP	13/09/2016
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	EDcl no REsp 1331100 / BA	10/08/2016
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgInt no REsp 1088528 / ES	03/08/2016
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgRg no REsp 1539794 / SP	16/08/2016
SEGUNDA TURMA	DIVA MALERBI (DES. CONV. TRF 3ª REGIÃO)	REsp 1355574 / SE	23/08/2016
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgInt no AREsp 777346 / DF	23/08/2016
TERCEIRA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	EDcl no AREsp 705078 / MG	25/08/2016
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	REsp 1605466 / SP	28/10/2016
TERCEIRA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	AgInt no AREsp 880008 / SC	26/08/2016
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgInt no AREsp 912511 / RS	22/09/2016
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgInt no Ag 1378294 / SP	22/09/2016
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no REsp 1251517 / SE	21/09/2016
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	REsp 1536949 / SP	04/11/2016
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgInt no REsp 1334477 / PR	04/10/2016
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	AgInt no AREsp 949166 / PI	03/10/2016
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgInt no REsp 1355777 / MG	13/10/2016
TERCEIRA TURMA	MOURA RIBEIRO	AgRg no REsp 1548506 / RJ	07/10/2016

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgInt no REsp 1528563 / PR	19/10/2016
SEGUNDA TURMA	ASSUSETE MAGALHÃES	AgInt no AREsp 927829 / SP	04/11/2016
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	REsp 1327627 / RS	01/12/2016
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgRg no AREsp 646488 / RJ	14/11/2016
TERCEIRA TURMA	MOURA RIBEIRO	AgInt no REsp 1523945 / BA	19/12/2016
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgInt no AREsp 936344 / SP	09/12/2016
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgInt no REsp 1593655 / BA	10/02/2017
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgInt no AREsp 495704 / SP	03/02/2017
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgInt no AREsp 500889 / RJ	03/02/2017
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgInt no AREsp 933549 / PR	02/02/2017
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgInt no AREsp 735491 / DF	20/02/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgInt nos EDcl no REsp 1576291 / PR	07/03/2017
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	AgInt no REsp 1606719 / SC	23/02/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1645856 / SP	18/04/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1645223 / SP	18/04/2017
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	EDcl no REsp 1562641 / SP	24/03/2017
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgInt nos EDcl no AREsp 449391 / PR	22/03/2017
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgRg no AgRg nos EDcl no REsp 854158 / PR	21/03/2017
PRIMEIRA TURMA	REGINA HELENA COSTA	AgInt no REsp 1627683 / SC	30/03/2017
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgInt no AREsp 527706 / PR	31/03/2017
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgInt no AREsp 879069 / AM	30/03/2017
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1639016 / RJ	04/04/2017
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgInt nos EDcl no AREsp 776884 / GO	18/04/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1646998 / MG	02/05/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1655395 / SP	25/04/2017

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
SEGUNDA TURMA	ASSUSETE MAGALHÃES	AgInt no AREsp 1000484 / PE	04/05/2017
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	AgInt no AREsp 1001801 / MG	02/05/2017
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgInt no AREsp 492068 / SP	03/05/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1662652 / RJ	08/05/2017
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgInt no REsp 1387544 / AL	19/05/2017
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	AgInt no REsp 1509165 / RJ	08/05/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1654980 / MG	12/05/2017
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1661482 / RJ	16/05/2017
PRIMEIRA TURMA	REGINA HELENA COSTA	AgInt no REsp 1538306 / PE	11/05/2017
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgInt no AREsp 1054721 / MS	17/05/2017
SEGUNDA TURMA	ASSUSETE MAGALHÃES	AgInt no AREsp 909233 / PR	23/05/2017
CORTE ESPECIAL	MAURO CAMPBELL MARQUES	AgInt nos EREsp 1208207 / RN	24/05/2017
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgInt no REsp 1515711 / CE	29/05/2017
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	AgInt no REsp 1356803 / SP	29/05/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 798679 / RJ	20/06/2017
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgInt no AREsp 978024 / SC	16/06/2017
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgInt no AREsp 580725 / SP	22/06/2017
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgInt no AREsp 1010409 / SP	23/06/2017
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	REsp 1522142 / PR	22/06/2017
PRIMEIRA TURMA	NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	AgInt no AgInt no REsp 1321804 / PR	03/08/2017
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgInt no AREsp 1069068 / SP	18/08/2017
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	AgInt no AREsp 1063177 / SP	15/08/2017
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgInt no AREsp 768589 / MG	18/08/2017
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgInt nos EDcl no REsp 1314067 / PR	14/08/2017
TERCEIRA TURMA	PAULO DE TARSO SANSEVERINO	AgInt no AREsp 726996 / RJ	31/08/2017

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
PRIMEIRA TURMA	GURGEL DE FARIA	AgInt no AREsp 890822 / RJ	04/10/2017
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgInt no AREsp 489115 / SP	29/08/2017
SEGUNDA TURMA	ASSUSETE MAGALHÃES	AgRg no REsp 1469193 / SC	11/09/2017
QUARTA TURMA	ANTONIO CARLOS FERREIRA	AgInt no AREsp 423304 / DF	05/09/2017
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgInt no REsp 1349336 / MG	25/09/2017
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	AgInt no AREsp 1074731 / GO	25/09/2017
SEGUNDA TURMA	ASSUSETE MAGALHÃES	AgInt no REsp 1217256 / SC	28/09/2017
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgInt no AREsp 1103681 / SP	29/09/2017
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgInt no REsp 1388080 / RJ	20/10/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1685852 / PE	09/10/2017
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	AgInt no REsp 1348323 / PE	28/09/2017
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgInt no REsp 1599906 / MT	10/10/2017
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgInt no AREsp 973657 / SP	03/10/2017
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgInt nos EDcl no AREsp 961376 / MS	03/10/2017
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgInt no AREsp 906791 / SP	03/10/2017
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	AgInt no REsp 1444911 / SP	29/09/2017
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgInt no AgInt no AREsp 1028373 / MG	10/10/2017
SEXTA TURMA	ROGERIO SCHIETTI CRUZ	REsp 1374938 / RS	09/10/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1681089 / GO	17/10/2017
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgInt no REsp 1308606 / SP	19/10/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1685610 / SP	16/10/2017
TERCEIRA TURMA	PAULO DE TARSO SANSEVERINO	AgInt no AREsp 955407 / PR	19/10/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1694677 / SP	11/10/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1694460 / MG	11/10/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1692322 / RJ	19/12/2017

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
QUARTA TURMA	ANTONIO CARLOS FERREIRA	AgInt nos EDcl no AREsp 986574 / AM	09/10/2017
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	AgInt no AREsp 440450 / RS	20/10/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgInt no AREsp 987196 / RJ	23/10/2017
PRIMEIRA TURMA	NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	AgInt no REsp 1412645 / RS	31/10/2017
TERCEIRA TURMA	PAULO DE TARSO SANSEVERINO	AgInt no REsp 1436012 / MG	13/11/2017
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgInt no REsp 1317594 / MA	21/11/2017
QUARTA TURMA	LÁZARO GUIMARÃES (DES. CONV. TRF 5ª REGIÃO)	AgInt no REsp 1531839 / DF	21/11/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1693611 / SP	19/12/2017
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgInt no AgRg no AREsp 345313 / RS	04/12/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1693656 / RJ	19/12/2017
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1701908 / SP	19/12/2017
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgInt no AREsp 1057132 / SP	15/12/2017
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	REsp 1512796 / RN	01/02/2018
QUARTA TURMA	LÁZARO GUIMARÃES (DES. CONV. TRF 5ª REGIÃO)	AgInt no AREsp 550641 / PR	14/02/2018
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	REsp 1628700 / MG	01/03/2018
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgInt no REsp 1551527 / SP	12/03/2018
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgInt no REsp 1573984 / AL	06/03/2018
SEGUNDA TURMA	FRANCISCO FALCÃO	AgInt no REsp 1628455 / ES	12/03/2018
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgInt nos EDcl no AREsp 1138645 / SP	23/03/2018
TERCEIRA TURMA	MOURA RIBEIRO	REsp 1658781 / CE	12/03/2018
PRIMEIRA TURMA	BENEDITO GONÇALVES	AgInt no REsp 1478367 / CE	14/03/2018
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgInt no AREsp 970294 / SP	12/03/2018
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1641167 / RS	20/03/2018
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgInt no AREsp 1059679 / MG	15/03/2018
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgInt no AREsp 949752 / SP	23/03/2018

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgInt no AREsp 1172051 / SP	23/03/2018
PRIMEIRA TURMA	BENEDITO GONÇALVES	AgInt no RMS 43692 / GO	03/04/2018
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgInt no AREsp 1179037 / SP	02/04/2018
SEGUNDA TURMA	ASSUSETTE MAGALHÃES	AgInt nos EDcl no REsp 1546432 / SC	10/04/2018
SEGUNDA TURMA	ASSUSETTE MAGALHÃES	AgInt no AREsp 1102353 / MG	17/04/2018
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgInt no AREsp 215269 / ES	16/04/2018
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgInt no AREsp 1178143 / SP	17/04/2018
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1725359 / SP	23/05/2018
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgInt no AREsp 1233122 / SP	02/05/2018
QUARTA TURMA	LÁZARO GUIMARÃES (DES. CONV. TRF 5ª REGIÃO)	AgInt no AREsp 667492 / MS	30/04/2018
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	AgInt no AREsp 1063814 / SC	02/05/2018
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	AgInt no REsp 1684284 / PR	09/05/2018
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgInt no AREsp 930171 / MG	14/05/2018
TERCEIRA TURMA	PAULO DE TARSO SANSEVERINO	AgInt no AREsp 987491 / SP	14/05/2018
PRIMEIRA TURMA	GURGEL DE FARIA	AgInt no AREsp 332844 / RS	06/08/2018
SEGUNDA TURMA	OG FERNANDES	REsp 1134456 / TO	13/06/2018
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgInt no AREsp 1152145 / DF	13/06/2018
PRIMEIRA TURMA	REGINA HELENA COSTA	AgInt no REsp 1705251 / SP	14/06/2018
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgInt no AREsp 178910 / MG	25/06/2018
SEGUNDA TURMA	ASSUSETTE MAGALHÃES	AgInt no AREsp 1091420 / MG	27/06/2018
PRIMEIRA TURMA	BENEDITO GONÇALVES	AgInt no REsp 1576108 / DF	10/08/2018
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgInt no AREsp 1263748 / MG	13/08/2018
SEGUNDA TURMA	FRANCISCO FALCÃO	AgInt no REsp 1589708 / SP	14/08/2018
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgInt no REsp 1333200 / MS	21/08/2018
SEGUNDA TURMA	ASSUSETTE MAGALHÃES	AgInt no AREsp 734824 / DF	21/08/2018

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
PRIMEIRA TURMA	NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	AgInt no REsp 1326499 / SP	28/08/2018
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgInt no REsp 1741173 / CE	03/09/2018
TERCEIRA SEÇÃO	JORGE MUSSI	AR 4152 / SP	03/09/2018
PRIMEIRA TURMA	GURGEL DE FARIA	AgInt no REsp 1327487 / GO	19/09/2018
QUARTA TURMA	ANTONIO CARLOS FERREIRA	AgInt no REsp 1581691 / RS	12/09/2018
PRIMEIRA TURMA	GURGEL DE FARIA	RMS 52463 / RJ	13/09/2018
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1760160 / RJ	21/11/2018
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	REsp 1328457 / RS	17/09/2018
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgInt no AREsp 1201898 / SP	25/09/2018
PRIMEIRA TURMA	SÉRGIO KUKINA	AgInt no AREsp 1292976 / RJ	24/09/2018
QUARTA TURMA	LÁZARO GUIMARÃES (DES. CONV. TRF 5ª REGIÃO)	AgInt no REsp 1540423 / DF	24/09/2018
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	AgInt no AREsp 1334513 / GO	24/10/2018
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgInt no AREsp 1146033 / RS	19/10/2018
TERCEIRA TURMA	MOURA RIBEIRO	AgInt no AREsp 1159975 / SP	25/10/2018
SEGUNDA TURMA	ASSUSETTE MAGALHÃES	AgInt no REsp 1352245 / MS	26/10/2018
SEGUNDA TURMA	ASSUSETTE MAGALHÃES	AgInt no AREsp 792207 / PR	26/10/2018
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1741681 / RJ	26/10/2018
QUARTA TURMA	RAUL ARAÚJO	AgInt no AREsp 1311104 / MS	23/11/2018

ANEXO B – OUTRAS DECISÕES FAVORÁVEIS À INTERPRETAÇÃO DO PEDIDO

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
PRIMEIRA TURMA	MILTON LUIZ PEREIRA	REsp 40229 / SP	23/05/1994
SEGUNDA TURMA	ARI PARGENDLER	REsp 68668 / SP	04/03/1996
QUARTA TURMA	BARROS MONTEIRO	REsp 39498 / MS	11/11/1996
SEGUNDA TURMA	ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO	REsp 88642 / DF	17/03/1997
QUINTA TURMA	EDSON VIDIGAL	EDcl no REsp 61340 / SP	03/08/1998
SEXTA TURMA	FERNANDO GONÇALVES	REsp 177972 / SP	28/09/1998
TERCEIRA TURMA	ARI PARGENDLER	REsp 188622 / BA	26/06/2000
PRIMEIRA TURMA	HUMBERTO GOMES DE BARROS	REsp 253344 / RJ	05/06/2000
SEXTA TURMA	FERNANDO GONÇALVES	REsp 406460 / SP	01/07/2002
PRIMEIRA TURMA	LUIZ FUX	REsp 434283 / RS	05/05/2003
PRIMEIRA TURMA	LUIZ FUX	REsp 625329 / RJ	23/08/2004
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 590385 / RS	05/09/2005
PRIMEIRA TURMA	LUIZ FUX	REsp 612123 / SP	29/08/2005
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	REsp 636438 / RS	05/12/2005
TERCEIRA TURMA	HUMBERTO GOMES DE BARROS	REsp 234396 / BA	14/11/2005
QUINTA TURMA	LAURITA VAZ	RMS 11222 / MG	06/02/2006
SEGUNDA TURMA	ELIANA CALMON	REsp 705620 / MG	09/05/2006
TERCEIRA TURMA	CASTRO FILHO	REsp 515692 / PR	19/06/2006
QUARTA TURMA	ALDIR PASSARINHO JUNIOR	REsp 241005 / SP	26/06/2006
PRIMEIRA TURMA	LUIZ FUX	REsp 814076 / RJ	01/08/2006
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	REsp 541553 / MG	11/12/2006
QUARTA TURMA	ALDIR PASSARINHO JUNIOR	REsp 779805 / DF	12/02/2007
PRIMEIRA TURMA	DENISE ARRUDA	REsp 644995 / SP	31/05/2007
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	REsp 884917 / PR	14/05/2007

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
QUARTA TURMA	ALDIR PASSARINHO JUNIOR	AgRg nos EDcl no Ag 803835 / SC	06/08/2007
TERCEIRA TURMA	ARI PARGENDLER	REsp 931659 / RJ	18/06/2007
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 866230 / RS	29/06/2007
SEGUNDA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	REsp 488931 / SP	23/11/2007
TERCEIRA TURMA	HUMBERTO GOMES DE BARROS	AgRg nos EDcl no Ag 676841 / PR	26/11/2007
QUINTA TURMA	LAURITA VAZ	REsp 653127 / PR	03/03/2008
TERCEIRA TURMA	HUMBERTO GOMES DE BARROS	REsp 904815 / SP	13/05/2008
PRIMEIRA TURMA	LUIZ FUX	REsp 890183 / SP	14/05/2008
TERCEIRA SEÇÃO	ARNALDO ESTEVES LIMA	MS 12765 / DF	04/02/2009
TERCEIRA TURMA	MASSAMI UYEDA	AgRg no Ag 1133817 / SP	12/06/2009
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 900380 / RS	08/09/2009
PRIMEIRA SEÇÃO	CASTRO MEIRA	AR 3697 / RS	01/02/2010
SEGUNDA SEÇÃO	SIDNEI BENETI	AgRg na AR 4190 / RJ	25/10/2011
PRIMEIRA SEÇÃO	LUIZ FUX	Rcl 4421 / DF	15/04/2011
CORTE ESPECIAL	CASTRO MEIRA	AgRg nos EREsp 625349 / RJ	01/02/2012
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgRg no AREsp 175655 / SP	04/09/2012
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	REsp 1250147 / PR	08/02/2013
SEGUNDA TURMA	CASTRO MEIRA	AgRg no REsp 1322447 / RJ	25/03/2013
QUARTA TURMA	LUIS FELIPE SALOMÃO	AgRg no AREsp 243946 / SC	18/04/2013
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÓAS CUEVA	AgRg no AREsp 65749 / DF	26/06/2013
TERCEIRA TURMA	SIDNEI BENETI	AgRg no AREsp 382483 / TO	09/12/2013
QUARTA TURMA	MARCO BUZZI	AgRg no REsp 1102051 / PR	04/02/2014
SEGUNDA TURMA	HUMBERTO MARTINS	AgRg no REsp 1426220 / RJ	15/05/2014
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no AREsp 478465 / RS	23/05/2014
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no REsp 1511290 / PE	30/06/2015

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgRg no AREsp 188365 / PE	04/08/2015
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgRg no REsp 1553565 / DF	05/02/2016
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	REsp 1568353 / SP	05/02/2016
TERCEIRA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	REsp 1513259 / MS	22/02/2016
TERCEIRA TURMA	MOURA RIBEIRO	AgRg no AREsp 699388 / SP	01/07/2016
SEGUNDA TURMA	HERMAN BENJAMIN	AgInt no REsp 1601655 / RS	17/10/2016
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	EDcl no REsp 1606781 / RJ	02/02/2017
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 1342640 / SP	14/02/2017
TERCEIRA TURMA	MARCO AURÉLIO BELLIZZE	AgInt no REsp 1653721 / RS	02/08/2017
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgInt no REsp 1584566 / RS	04/12/2017
PRIMEIRA TURMA	GURGEL DE FARIA	REsp 1442440 / AC	15/02/2018
CORTE ESPECIAL	FRANCISCO FALCÃO	AgInt nos EREsp 1593663 / DF	17/04/2018

ANEXO C – DECISÕES FAVORÁVEIS À INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA DO PEDIDO

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
TERCEIRA TURMA	WALDEMAR ZVEITER	REsp 4447 / RS	17/12/1990
SEGUNDA TURMA	PEÇANHA MARTINS	REsp 18455 / SP	25/10/1993
PRIMEIRA TURMA	CESAR ASFOR ROCHA	REsp 6716 / MG	13/12/1993
SEXTA TURMA	ADHEMAR MACIEL	REsp 73644 / SP	11/03/1996
PRIMEIRA SEÇÃO	JOSÉ DELGADO	AgRg no MS 5343 / DF	06/04/1998
PRIMEIRA TURMA	JOSÉ DELGADO	REsp 155326 / AL	06/04/1998
QUARTA TURMA	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	REsp 89701 / MG	22/06/1998
PRIMEIRA SEÇÃO	JOSÉ DELGADO	AgRg no MS 5341 / DF	17/08/1998
PRIMEIRA SEÇÃO	JOSÉ DELGADO	EDcl no AgRg no MS 5343 / DF	17/08/1998
QUARTA TURMA	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	REsp 147833 / DF	21/09/1998
TERCEIRA TURMA	CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO	REsp 52841 / SP	08/03/1999
QUARTA TURMA	BARROS MONTEIRO	REsp 59418 / CE	29/11/1999
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 301706 / SP	25/06/2001
SEXTA TURMA	FERNANDO GONÇALVES	REsp 285472 / SP	05/11/2001
TERCEIRA TURMA	CASTRO FILHO	AgRg no AgRg no Ag 304720 / SP	03/06/2002
SEGUNDA TURMA	FRANCISCO PEÇANHA MARTINS	REsp 189274 / SC	12/08/2002
QUARTA TURMA	BARROS MONTEIRO	AgRg no Ag 303387 / SP	26/08/2002
QUINTA TURMA	JORGE SCARTEZZINI	REsp 407160 / AM	11/11/2002
QUARTA TURMA	SÁLVIO DE FIGUEIREDO TEIXEIRA	REsp 306353 / PR	07/04/2003
PRIMEIRA SEÇÃO	HUMBERTO GOMES DE BARROS	MS 8946 / DF	17/11/2003
QUINTA TURMA	FELIX FISCHER	REsp 549587 / PE	10/05/2004
QUARTA TURMA	FERNANDO GONÇALVES	REsp 280183 / SP	23/08/2004
TERCEIRA TURMA	HUMBERTO GOMES DE BARROS	REsp 246830 / SP	14/03/2005
PRIMEIRA TURMA	JOSÉ DELGADO	REsp 705631 / MS	04/04/2005

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
TERCEIRA TURMA	ANTÔNIO DE PÁDUA RIBEIRO	REsp 222644 / RS	13/06/2005
PRIMEIRA TURMA	DENISE ARRUDA	EDcl no AgRg no REsp 628558 / MT	15/08/2005
SEGUNDA TURMA	FRANCISCO PEÇANHA MARTINS	REsp 495178 / CE	07/04/2006
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	EDcl no REsp 698772 / MG	02/10/2006
QUINTA TURMA	FELIX FISCHER	EDcl no RMS 19622 / MT	30/10/2006
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 686139 / PR	13/11/2006
SEGUNDA TURMA	ELIANA CALMON	REsp 761894 / PR	14/03/2007
TERCEIRA TURMA	ARI PARGENDLER	REsp 802927 / PE	26/03/2007
SEGUNDA TURMA	CASTRO MEIRA	REsp 905719 / RJ	08/08/2007
SEGUNDA TURMA	JOÃO OTÁVIO DE NORONHA	REsp 476783 / RJ	13/11/2007
PRIMEIRA SEÇÃO	DENISE ARRUDA	AR 2677 / PI	07/02/2008
QUARTA TURMA	FERNANDO GONÇALVES	REsp 824015 / RJ	05/05/2008
QUINTA TURMA	ARNALDO ESTEVES LIMA	AgRg no RMS 26276 / SP	16/02/2009
TERCEIRA TURMA	VASCO DELLA GIUSTINA (DES. CONV. DO TJ/RS)	AgRg no Ag 719242 / SP	25/02/2010
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	AgRg no Ag 1008620 / BA	12/04/2010
TERCEIRA TURMA	NANCY ANDRIGHI	REsp 991872 / MS	22/04/2010
SEGUNDA TURMA	CASTRO MEIRA	REsp 1093080 / RS	24/06/2010
PRIMEIRA TURMA	BENEDITO GONÇALVES	REsp 1191346 / CE	15/10/2010
SEXTA TURMA	CELSO LIMONGI (DES. CONV. DO TJ/SP)	AgRg no REsp 813783 / SC	27/04/2011
PRIMEIRA SEÇÃO	HERMAN BENJAMIN	EDcl no MS 16557 / DF	22/05/2012
QUARTA TURMA	MARIA ISABEL GALLOTTI	AgRg no AgRg no REsp 805422 / DF	05/10/2012
QUARTA TURMA	ANTONIO CARLOS FERREIRA	REsp 1052781 / PA	04/02/2013
SEXTA TURMA	ALDERITA RAMOS DE OLIVEIRA (DES. CONV. DO TJ/PE)	AgRg no REsp 668261 / SP	12/03/2013
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	REsp 1372445 / RS	25/02/2014
SEGUNDA TURMA	MAURO CAMPBELL MARQUES	REsp 1446420 / RS	26/05/2014

ÓRGÃO JULGADOR	MINISTRO(A)	PROCESSO	PUBLICAÇÃO
PRIMEIRA TURMA	BENEDITO GONÇALVES	AgRg no REsp 1406733 / RJ	13/11/2015
TERCEIRA TURMA	RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA	AgRg no AREsp 637839 / ES	07/03/2016
PRIMEIRA TURMA	NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO	REsp 929792 / SP	31/03/2016